



Anais da Assembleia

Nº 031

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 23.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1991.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Emília Belinati, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Ovídio Constantino e Severino Félix (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício;

OFÍCIO Nº 58/91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Senhor Presidente.

Conforme solicitação de Vossa Excelência, passo-lhe às mãos a lista das propo-

sições-veto, cujos pareceres pelo arquivamento foram aprovados por esta Comissão.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REQUER Regime de Urgência, para que concomitantemente as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Educação, Cultura e Esportes apreciem num prazo de 48 horas o Projeto de Lei nº 105/91, oriundo da Mensagem Governamental nº 13/91, que objetiva a abertura de crédito suplementar à Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 3 sessões do Projeto de Lei nº 022/91, que altera a redação dos artigos 88, 89, 90 e 91- Seção I (das sessões públicas) do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

REQUERIMENTO Nº 633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a manifestação dessa Presidência, sobre artigos do Regimento Interno desta Casa, que tratam da Urgência, na forma que se segue:

1. Qual o exato significado das expressões contidas no Art. 182, do Regimento Interno, que se compõem na cláusula: "... para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final", principalmente com respeito aos termos "imediatamente" e "decisão final"?

2. Qual o ato que determina a urgência: a aprovação de requerimento pelo Plenário ou a comunicação de tal fato pela Secretaria da Assembleia?

3. A inobservância do prazo constante

da alínea "a" do art. 183, importa em alguma consequência?

4. Qual o prazo que medeia o término da figuração em pauta e a inclusão de cada proposição na Ordem do Dia, frente à Cláusula: "até sua decisão final"?

5. Qual a aplicabilidade das normas contidas no Capítulo V, do Título IV, do Regimento Interno?

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 657

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de pesar pelo falecimento do Senhor OLÍVIO CARDOSO POLETTTO, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão, no dia 7 de abril passado. Requer-se, mais, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 1925, em Porto Alegre/RS, Olívio Cardoso Poletto mudou sua residência para o sudoeste do Paraná em 1948.

Funcionário Público Federal, fixou-se em Vila Marrecas - que se emanciparia como Município de Francisco Beltrão quatro anos depois - a serviço da Colônia Agrária Nacional General Osório- CANGO, órgão incumbido pelo Governo Federal para regularizar a distribuição dos lotes da Colônia Missões.

Com a desativação da CANGO, absorvida pelo INCRA, Poletto transferiu-se para o Instituto pelo qual se aposentou. De trato fácil e profundo conhecedor de toda a região, o "Porto Alegre" - como era chamado o nosso homenageado - ganhou e conservou incontáveis amigos.

Sua morte foi pranteada pela comunidade beltronense a que associamos o nosso sentido respeito, também em nome do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N° 652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a consignação em Ata da presente sessão, dos votos de congratulações a JOÃO LUIZ SEIMETZ, eleito e empossado, dia 05 de abril do corrente ano, no cargo de Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos, e formulação de convite ao homenageado para participar de reunião da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e do Bloco Parlamentar Agropecuário, a fim de expor a situação e necessidades da atividade suinícola.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) ALBINO CORAZZA.

JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez na história da organização dos suinocultores, a nível nacional, um paranaense assume o mais elevado cargo da entidade.

O homenageado, radicado em Toledo, há muitos anos se dedica à suinocultura e sempre desempenhou, paralelamente à sua atividade particular, funções de destaque em Associações da Categoria, em nível municipal, regional e estadual.

O Paraná ocupa posição das mais elevadas, do Brasil, no ramo da suinocultura, e o homenageado foi um dos grandes colaboradores na construção da história da suinocultura no Estado, promovendo a ascensão dessa atividade produtiva.

A exemplo de outros dois paranaenses recentemente homenageados por esta Assembléia Legislativa, um na condição de Presidente da organização das Cooperativas do Brasil, outro como Presidente da Associação Comercial de São Paulo, João Luiz Seimetz, assumindo o cargo, recebe o reconhecimento devido atribuído à capacidade das lideranças e da comunidade paranaense por eles representada.

Sendo o Paraná um dos maiores destaques da suinocultura brasileira, cuja atividade representa, no Estado, uma das maiores fontes geradoras de recursos, emprego e alimentação, cabe a este Poder Legislativo, através de seus segmentos específicos, recepcionar o homenageado, proporcionando-lhe oportunidade para discorrer sobre a importância da suinocultura paranaense no contexto nacional e os problemas e anseios dos produtores ligados à atividade.

Diante do exposto solicitamos parecer favorável do soberano Plenário.

REQUERIMENTO N° 656

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, o registro de voto de congratulações e aplauso à direção do jornal Tribuna de São José, que a partir do próximo dia 11, quinta-feira, passará a ter três edições semanais.

Que se comunique ao Diretor presidente, doutor Elon Bonin e ao Redator Chefe, Jornalista Rene Miranda, a satisfação desta Casa pelo evento!

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Tribuna de São José, importante veículo de comunicação do Município de São José dos Pinhais, com esta inovação, atende ao crescimento sócio econômico do Município e amplia as condições de melhor

REQUERIMENTO N° 674

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta mesa Executiva da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de "Votos de Louvor e Congratulações" à Polícia Militar do Estado do Paraná, pelos trabalhos e serviço da utilidade pública prestados, de forma exemplar, por um de seus integrantes, o Cel. QOPM LUIZ ANTONIO BORGES VIEIRA, como pela investidura, nesta data, no Comando do Policiamento da Capital, do Cel. QOPM Moacir Lobo.

Não conhecemos os homens pelas palavras que dizem, mas pelos atos que praticam.

O Cel. Vieira, no Comando do Policiamento da Capital, de forma exemplar mostrou que os homens investidos do poder de polícia para preservação da ordem pública, mesmo lutando contra as adversidades do setor - um dos de maior importância para a sociedade, mas dos mais problemáticos e carentes - conseguiu construir e aperfeiçoar as atividades. Embora exercendo o comando do policiamento da Capital, por curto espaço de tempo, dinamizou, informatizou e ampliou o setor. No atendimento a 18.337 ocorrências, conseguiu no primeiro trimestre deste ano, diminuir o tempo médio de espera; em ação conjunta com a Prefeitura e o juizado de Menores, vistoriou 3.229 estabelecimentos em Curitiba, fechando 205 definitivamente; promoveu a melhor visualização dos policiais militares no exercício do policiamento ostensivo, implantando a plataforma, capacete e colete; criou o emprego do pessoal burocrata e dos alunos de diferentes cursos na atividade complementar de policiamento, entre outros serviços criados e implementados.

Em toda ação realizada o Cel. Vieira colocou sua capacidade, dedicação e respeito à causa pública. Deixa ele o comando desse setor da PMPR, para assumir o da Academia Militar do Guatupê, onde certamente prosseguirá no seu trabalho incansável de valorização de polícia militar e da corporação a que pertence.

Assume o Comando do Policiamento da Capital, o Cel. Moacir Lobo, também possuidor de brilhante folha de serviços prestados ao Paraná, e que, sem dúvida, dará continuidade às conquistas e melhorias feitas pelo Comando que deixa esse setor de primordial importância para a segurança pública da Capital.

O exposto justifica a presente proposição de congratulações com a Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo que se Requer ainda, uma vez aprovada a mesma, que

dela se dê ciência ao senhor Secretário da Segurança, Doutor Moacir Favetti, ao Senhor Cel. Wantuil Borges, Chefe da Casa Militar do Governo, ao Senhor Cel. Miguel Capriotti, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, ao Senhor Cel. Luiz Antonio Borges Vieira e Cel. Moacir Lobo, respectivamente, Comandantes da Academia Policial do Guatupê, e do Policiamento da Capital.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de voto de saudades ao Presidente TANCREDO NEVES, pela passagem do 6° aniversário de sua morte.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Senhora RISOLETA NEVES.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Relembrar a memória e as palavras de Tancredo Neves, resultado de sua prática de estadista experiente, buscar sua consolidação, é demonstração inequívoca de maturidade política.

Vivemos uma hora em que a construção de alternativas para o encaminhamento das mudanças que a realidade nacional exige é um desafio dos mais complexos.

Sabemos que a humanidade e o consenso são escassos em qualquer democracia, pois o processo democrático é um delicado equilíbrio dos contrários.

A turbulência própria da vida democrática, ainda incipiente no Brasil, aviva sempre a nostalgia do "Chefe" do comando enérgico como instrumento de medida.

A experiência no entanto, tem demonstrado à sociedade que a ordem unida, ao invés de ajudar, prejudica e entrava o desenvolvimento político, social e econômico de uma nação.

Tancredo Neves, com sua longa experiência de político e sua sabedoria sabia que a decisão política de uma nação deve exprimir a sintonia - maior ou menor com a quase inconsútil vontade geral, que é sempre maior que a soma de vontades individuais. Daí porque Tancredo foi, sem qualquer dúvida, o maior político da sua classe de sua geração.

Foi um sábio, medida em que conhecia perfeitamente a natureza humana, com suas paixões, assim como os movimentos sociais, não feitos de alestações, mas constituídos de interesses, sutilezas e lutas, generosas ou cruéis, grandes ou mesquinhos, fe-

cundas ou estéreis.

Retomar, neste momento, os ideais de Tancredo Neves, é um compromisso de retorno completo a sabedoria popular. É retomar a trilha de um projeto histórico que permita a festa das esperanças levantadas. É viabilizar o avanço rumo ao novo, ao moderno, na construção de uma nação viva, capaz de conquistar definitivamente seu espaço na história.

A morte do Doutor Tancredo Neves, num quadro que marcava a caminhada de volta a democracia plena, traumatizou toda a nação, mas ao mesmo tempo fez unir para a trajetória da esperança.

É verdade que a ausência do presidente Tancredo Neves nos deixou um grande vazio, uma imensa dor, um sentimento de frustração.

Mas mesmo na grande saudade que marca o 21 de abril encontramos conforto e alento ao relembrarmos suas palavras; as palavras que ele escreveu mas que infelizmente não chegou a pronunciar.

Não queremos recordá-las só por homenagem, mas para que possam ser refletidas e adotadas, pois este país está precisando muito.

A causa do povo, se dispensa radicalismos, exige coragem. Foi essa coragem assumida por Tancredo Neves, assimilada por nós, e sobretudo pela gente mais simples do povo, que nos deu ânimo na penosa travessia.

REQUERIMENTO N° 630

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se, com urgência, ao Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, ao Secretário de Estado da Administração, Doutor Luiz Gastão de Alencar Franco de Carvalho, ao Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, e ao Secretário de Estado da Educação, Doutor Elias Abraão, no sentido de solicitar a essas autoridades modificação do Decreto n° 100, de 22.03.91, para incluir no art. 3° daquele decreto os professores que se acham em permuta com professores de outros Estados da União.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) NILTON CESAR SERVO

JUSTIFICATIVA:

O Decreto n° 100, de 22.03.91, do Governo do Estado do Paraná, de medida moralizadora do sistema, determinou o regresso dos servidores a seus órgãos de origem até a data de 15 de abril de 1991.

Ao estabelecer exceções, em seu art. 3°, o referido decreto deixou de contemplar os professores que se acham em permuta com professores de outros Estados da União.

O sistema de permuta de professores, implantado com bastante critério pelo Governo anterior, de Álvaro Dias, não onerava o Estado do Paraná, porque recebia em troca professores de outros Estados da Federação, em idênticas situações de nível de atuação e carga horária semanal. O sistema, de alta função social, ajudava as famílias de professores que tinham que imigrar para outros Estados, à busca de melhores condições de vida, bem como recebia, em troca, professores oriundos dos Estados para onde imigravam os paranaenses.

O disposto no Decreto n° 100/91, sem fazer alusão aos permutantes, como regra de exceção, desmorona esse sistema de interação social entre o Paraná e outros Estados brasileiros, como cria um novo e agravante problema social.

Famílias deverão se deslocar de suas atividades em outros Estados do Brasil, retornando ao Paraná, porque um de seus integrantes, geralmente a mãe, deverá reassumir suas funções docentes na cidade em que moravam, quiçá há vários anos atrás.

Sem favorecer o Estado do Paraná, em nada, porque já há outros atuando aqui no lugar daqueles, as Secretarias de Estado, da Administração e da Educação, depararão com outros problemas de ordem funcional, como processos de abandono de cargos do magistério, licenças sem vencimentos, licenças especiais, e até licenças médicas, em vista das sanções que advirão com o não cumprimento do referido decreto.

Isto sem levar em consideração que os outros Estados, que cederam professores em permuta, deverão exigir a volta dos seus.

O pedido de urgência deste requerimento, com relação aos ofícios desta Casa, prende-se ao fato de que o prazo da volta extingue-se no dia 15 de abril do corrente ano.

REQUERIMENTO N° 646-A

Senhor Presidente.

Considerando o Ofício n° 09/91, da Associação Comercial e Industrial de Santa Helena, endereçado a este Deputado com relação ao funcionamento da travessia Brasil-Paraguai, no Lago de Itaipu, pelas balsas localizadas no município de Santa Helena.

Considerando que do lado do Brasil já há rodovia transitável até as margens do referido lago, bem como infra-estrutura completa de alfândega, com acesso normal às balsas.

Considerando que do lado do Paraguai não há rodovia transitável, ligando o ponto de desembarque das balsas às rodovias normais do Paraguai, bem como não há infra-estrutura necessária para embarque e

desembarque, ligando o Paraguai a Santa Helena, no Paraná.

Considerando que a maioria dos agricultores, industriais e demais empresários têm terras no Paraguai.

Considerando as dificuldades dos municípios de Santa Helena em se deslocar para o Paraguai, e vice-versa:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Externa, composta de 4 (quatro) Deputados, com atribuição de se deslocar, com ônus para esta Casa, até Assunção, no Paraguai, para tratar com o Governo daquele País, sobre a regularização, do lado paraguaio, do acesso ao Brasil, via Santa Helena, conforme solicitação do município de Santa Helena. (R.I., art. 34, item III, e art. 40).

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) NILTON CESAR SERVO

Apoiamento: Carlos Simões, Domingos Carvalho, Nelson Justus, Élio Rusch, Nelson Garcia, Neivo Beraldin, Heinz Herwig, Basílio Zanusso, João Iensen, Mário Bezerra, Rossoni, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Edson Silva Lino, Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Dobrandino da Silva, Toti Colaço, Dalton Machuca, Albino Corazza, Colombino Grassano e 2 ilegíveis.

REQUERIMENTO N° 608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a implantação de um terminal de calcário na municipalidade de Irati.

Fora de qualquer dúvida, Irati se consolidou como pólo de uma vasta e próspera região, em face de uma série de fatores, entre eles se destaca o setor rododiferroviário, intimamente ligado à sua história e atualmente canal indispensável ao escoamento da produção. O entroncamento para União da Vitória ou Guarapuava constitui um espaço e condições ideais para a implantação de um terminal de calcário, cuja unidade trará inúmeros benefícios à economia, notadamente ao setor agrícola, base do processo desenvolvimentista.

Desta forma, aguardamos o parecer favorável dessa pasta, viabilizando recursos para a aludida obra.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a implantação de um terminal de calcário na municipalidade de Rebouças.

Dispor do calcário a um baixo custo, tornando-o acessível às propriedades rurais, permitirá a efetiva melhoria das condições do solo, aumentando a produção e a produtividade naquele Município. Para tanto, é vital a colocação de um subterminal de desembarque do produto, considerando a grande extensão de terra existente, cujas atividades econômicas asseguram o progresso da sua laboriosa comunidade.

Pelo exposto, aguarda-se, num menor espaço de tempo possível, um posicionamento favorável do pleito.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a implantação de um terminal de calcário na municipalidade de Paula Freitas.

As grandes distâncias, além do tempo e do transporte, tem encarecido o preço do calcário, cujo produto chega a ser até proibitivo para uma considerada parcela de produtores rurais. A consequência de tal dificuldade torna extensas áreas com teores de fertilidade cada vez mais baixos, comprometendo sensivelmente os índices de produção e produtividade, outrora excelentes.

Aliada a outros fatores como instrumentos para a assistência ao campo, a existência de um subterminal representa um indispensável avanço no sentido de recuperar a capacidade do solo daquela região.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A e ao Senhor Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil S/A, consubstanciado em solicitação, para que, sejam tomadas providências imediatas para a liberação de recursos para o custeio do plantio de tri-

go.

Requer, assim, que os expedientes sejam, se possível, remetidos ainda hoje em forma de telex.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender que os agricultores de nosso Estado, tenham de imediato nas mãos os recursos para fazer frente aos gastos com o plantio de trigo, que são enormes e os mesmos se encontram desesperados pela demora no atendimento.

Conhecedor profundo da problemática da agricultura, visto a região Oeste do Paraná ser essencialmente agrícola, atestamos a necessidade urgente destes recursos, para viabilizar o plantio.

REQUERIMENTO N° 665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Ministra da Ação Social, Excelentíssima Senhora Margarida M.M. Procópio, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a reforma dos imóveis localizados no conjunto habitacional São Cristóvão, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Senhor Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, Vereador Inácio Pereira Pinto, ao Presidente dos Jovens Amigos do Jardim São Cristóvão, Senhor Manoel Pinheiro (Rua Santo André, quadra 27, lote 83), ao Senhor José Roberto S.L. Castro (R. Sta. Cecília 2011).

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A erodibilidade do solo na região noroeste do Estado, apesar dos cuidados e do avanço na conscientização deste problema, não está de todo, sob controle principalmente em função da defasagem entre as diversas ações que deveriam ser imediatamente consecutivas. Nossa cidade pode-se dizer, está localizada no centro dessa região dominada pelo arenito Caiuá. Esta é basicamente a causa dos problemas verificados no conjunto habitacional São Cristóvão - 500 unidades construídas em 1979 e que hoje apresenta defeitos estruturais; grandes trincas, desabamento de partes de alguns imóveis, afundamento do piso do banheiro, etc. Hoje a infra-estrutura do conjunto está executada, o que, se ocorresse na ocasião da construção das casas, com certeza os efeitos seriam bem menores, mas as casas necessitam urgentemente de grandes reparos e não é justo deixar que

cada morador encontre uma solução assumindo o ônus que na maioria das vezes é bastante pesado ou mesmo impraticável.

Sendo assim, vemos como única alternativa de solução prática, uma vez que as demais alternativas já foram tentadas, a obtenção do apoio do Ministério. Já há um acordo entre a Prefeitura de Umuarama e a COHAPAR - PR - Companhia de Habitação do Paraná, no sentido de que este participe como agente executor.

REQUERIMENTO N° 666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros e materiais para a reforma do estabelecimento de ensino e a ampliação da cantina.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal de Umuarama, Senhor Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto e ao Secretário Municipal de Educação, Senhor João Darci Bom.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento em tela se constitui em um dos mais conceituados dentre as escolas da região e do Paraná, possuindo cerca de 2.000 alunos matriculados, funcionando em turnos ininterruptos, havendo necessidade de apresentar estrutura e condições adequadas para dar bom atendimento aos alunos. A cantina e as demais dependências se encontram acanhadas para abrigar e atender tal demanda, razão do nosso pedido.

REQUERIMENTO N° 667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros e materiais para a reforma geral do Colégio Estadual de Vila Alta - Ensino de 1° e 2° Graus, do distrito de Vila Alta, no município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Ilustre Senhor Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal de Umuarama, ao Vereador José Ilton de Oliveira, ao presidente da Câmara Municipal, Vereador Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

É ponto passivo compreendermos que todo e qualquer imóvel, por mais conservado que seja, tende a apresentar ao longo do tempo de uso problemas relativos a sua estrutura e demais componentes, como rede elétrica, hidráulica, muros, quadras de esportes, paredes, sanitários, etc.

O atendimento do solicitado redundará sobremaneira na melhoria da qualidade no processo ensino-aprendizagem.

REQUERIMENTO N° 668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Amaral Fontoura, em Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no

sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual José A. Almeida, em Mariluz.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual Duque de Caxias, em Nova Olímpia.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do

campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estigem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual Castro Alves, em Nova Olímpia.

Do aprovado, REQUER, envio do solicitado aos Senhores Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

- Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

- se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

- se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estigem são fatores inesperados e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

- se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição de merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc. para o Lar Rotary de Umuarama, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência a Senhora Presidenta Lucila Salla, (Av. Rotary s/n°).

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que o Lar Rotary, de Umuarama, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforços e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abenegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc. para o Núcleo Social Batista, em Umuarama.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência a Senhora Presidenta Aparecida do Nascimento Motta, (Rua Pedro Alvares Cabral - Pque. San Remo I).

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que o Núcleo Social Batista, em Umuarama, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Ação Social, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, a Ilustríssima Senhora Superintendente da LBA no Paraná e a Ilustríssima Senhora Presidente da PROVOPAR, no sentido da liberação de recursos para a manutenção da Associação dos Pais Cristãos, na municipalidade de Irati.

A assistência social como um todo espelha, com notável intrepidez, a imagem de dificuldades vivenciadas pelos brasileiros. À medida em que os desníveis de renda se acentuam ainda mais, as entidades beneficentes com os seus poucos recursos não conseguem atender à uma enormidade de problemas, cuja demanda tem se avolumado cada vez mais.

Em que pese os inegáveis esforços dos seus dirigentes, a Associação dos Pais Cristãos faz parte desse contexto de dificuldades por que passam as entidades beneficentes. Responsável pelo CEMIC, tem sido extremamente difícil manter o pleno funcionamento para atender os seus 170 menores, segundo o relato do seu Presidente, o Senhor José Lechiw, conforme a cópia da correspondência em anexo. Desta forma, caso não haja o efetivo apoio financeiro, o risco será ainda maior, podendo até mesmo inviabilizar o sério trabalho em prol das crianças carentes que, se não forem acolhidas, fatalmente o destino será implacável, marginalizando-as e excluindo da cidadania e da justiça social.

Assim sendo e em face da exposição de motivos, rogamos o necessário apoio, com a maior brevidade possível, pondo fim a uma inadmissível realidade.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com a finalidade da implantação de um subterminal de desembarque de calcário na municipalidade de Paulo Frontin.

O fortalecimento da agricultura diz respeito diretamente à consolidação do desenvolvimento sócio-econômico do município de Paulo Frontin, a exemplo daquela região e do Paraná. Dentro desta preocupação, é preciso oferecer condições cada vez mais

acessíveis para assegurar a elevação da produção e da produtividade, e certamente a colocação da referida unidade contribuirá decisivamente para melhorar o resultado das safras, à medida em que recuperará a fertilidade do solo, atualmente desgastada.

Em face do exposto, aguarda-se um pronto posicionamento favorável à implantação de um subterminal de desembarque, uma justa aspiração da classe produtora rural.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 634

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NO PARANÁ, para esclarecer os motivos dos cálculos para pagamento do imposto territorial rural, não serem efetuados em Curitiba e sim, em Brasília.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(aa) ANTONIO COLAÇO VAZ

DALTON MACHUCA

DOMINGOS F. CARVALHO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO

JUSTIFICATIVA:

Os proprietários rurais da região dos Campos Gerais necessitando de cálculos sobre impostos devidos, necessitam protocolar requerimento na Regional de Curitiba, aguardar por mais de seis (06) meses para obter a resposta, causando dessa forma, empecilhos burocráticos aos contribuintes, além de sérios problemas para regularizá-los.

REQUERIMENTO N° 651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente, com cópia desta proposição, ao Ministro da Previdência e Assistência Social, ao Ministro do Trabalho, ao Secretário Nacional de Administração, à Comissão de Seguridade Social da Câmara Federal, à CPI do Congresso, aos Deputados Federais e Senadores do Paraná, propondo a descentralização político-administrativa da Seguridade Social.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, no inciso VII, do parágrafo único do artigo 194, aponta como um dos objetivos a ser tomado como base para organizar a Seguridade Social o "caráter democrático e descentralizado da

gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados".

A descentralização do sistema aumenta a capacidade de participação da comunidade e consequentemente permite maior fiscalização por parte dos principais interessados - contribuintes e beneficiários - da seguridade social.

A corrupção e os desmandos denunciados em relação à Previdência Social, ocorrem pela falta de participação na administração e ausência de transparência nos atos administrativos do setor, que permitem a incidência de verdadeiros assaltos, desmandos e criação de "marajás", em detrimento à justiça social assegurada pela Constituição à grande maioria da população, especialmente os mais carentes, aposentados e pensionistas.

A formação de comissão, em níveis estadual e municipal, representativas da comunidade, com acesso às informações e à fiscalização, e com permissão à participação nas decisões político-administrativas da Seguridade Social, determinarão o fim dos desmandos, do enfraquecimento e da falência da Seguridade Social.

Diante do exposto solicitamos parecer favorável do egrégio Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encarecendo a implantação de um subterminal de desembarque de calcário da municipalidade de TEIXEIRA SOARES.

Apesar da velocidade com que têm sido modernizados, nem sempre os recursos tecnológicos estão acessíveis. O setor agrícola, naturalmente que junto aos pequenos e médios produtores, nem sempre usufrui desses avanços. A consequência disso é, entre outros fatores, o empobrecimento do solo, diminuindo sensivelmente o seu teor de fertilidade.

Seguramente, a implantação da mencionada unidade, o meio rural disporá do calcário a preços compatíveis, com isso revertendo a já preocupante ausência de nutrientes na camada arável da terra.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, seja remetida correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com o intuito da implantação de um subterminal de desembarque de calcário na municipalidade de RIO AZUL.

Objetivando permanentemente elevar os níveis de produção e de produtividade, necessário se faz desenvolver uma ação verdadeiramente integrada, notadamente junto às pequenas e médias propriedades rurais. Dentro de tal preocupação, recuperar ou melhorar a fertilidade do solo é uma questão prioritária, para o qual é imprescindível a presença governamental, no caso a implantação da referida unidade que propiciará a aquisição de calcário a preços compatíveis com o setor rural.

Reunindo todas as condições para viabilizar tal projeto, espera-se que sejam alocados recursos financeiros o mais rapidamente possível, beneficiando uma importante região.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvir o Plenário, envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, MÁRIO PEREIRA, solicitando a construção de uma ponte ligando o município de Godoy Moreira ao distrito de Arapoã, no município de Ivaiporã.

REQUER ainda, que da decisão sejam cientificados os senhores Prefeitos Municipais, Vereadores, e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas dos municípios de Godoy Moreira e Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

Godoy Moreira é um município essencialmente agrícola, cuja população é formada quase que exclusivamente, por pequenos produtores.

O escoamento dessa safra tem, como fator adverso, a distância aos centros onde é comercializada.

O encurtamento de distância será um portão aberto ao desenvolvimento da região, consequentemente, ao progresso do Estado.

Funcionando como fator de integração do Vale do Ivaí e contribuindo para a diminuição do êxodo rural, diminuirá os custos de frete e trará para os seus habitantes, facilidade de acesso aos centros onde buscam recursos e onde se encontram os serviços essenciais à sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvir o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando providências quanto ao policiamento dos bairros JARDIM BOA VISTA, JARDIM CECÍLIA e JARDIM BOM PASTOR, município de Almirante Tamandaré.

REQUER, ainda, que da decisão, sejam notificados o Prefeito Municipal, Vereadores e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

Os bairros de JARDIM BOA VISTA, JARDIM CECÍLIA e JARDIM BOM PASTOR, abrigam uma população equivalente a 14.000 (quatorze mil) pessoas, e distam aproximadamente, 35 Km da sede do município de Almirante Tamandaré, ao qual pertencem.

Essa distância inviabiliza ainda mais o policiamento, que já é pleno de fatores adversos: poucas viaturas, falta de pessoal e até de combustível.

Prisões em flagrante, só ocorrem casualmente.

Embora os bairros mencionados distem apenas 4 Km de Santa Felicidade, a segurança não é de competência da Delegacia daquele bairro.

É absolutamente necessário que medidas concretas e urgentes sejam tomadas, quer seja criando-se um módulo policial, quer seja instalando-se uma subdelegacia, pois a marginalidade e a violência estão se tornando uma constante naquela Região.

O número de ocorrências é grande, porém a grande maioria nem sequer é registrada, pois são os próprios moradores que tomam as providências.

Segurança é um direito do cidadão, responsabilidade do Estado, e portanto, medidas para sanar esta situação é uma questão de justiça.

REQUERIMENTO N° 675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário; REQUER, seja solicitado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral as informações abaixo discriminadas.

1. Relação dos municípios beneficiados pela Resolução n° 113, de 15 de agosto de 1990, que aprovou o Plano de Aplicação n° 047, dos Investimentos em Regime de Execução Especial (DOE de 16/08/1990).

2. Os valores recebidos por cada município e que destinação o município deu às verbas recebidas.

3. Relação dos municípios que apresentaram planos específicos para atender as despesas com obras e equipamentos na área de segurança pública.

4. Relação dos municípios que prestaram contas das verbas recebidas.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos anais da Assembléia Legislativa o artigo intitulado "A PREVIDÊNCIA É VIÁVEL", publicado na data de hoje no jornal FOLHA DE S. PAULO, autoria do ex-Ministro da Previdência WALDIR PIRES, atualmente Deputado Federal pelo Estado da Bahia.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

Líder do PDT

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de assunto de grande importância e que tem gerado muita polêmica no debate nacional. Como profundo conhecedor e homem público da mais alta integridade moral, o ex-ministro Waldir Pires alerta para o perigo de transformarem Previdência no bode expiatório da corrupção no país, inviabilizando-a para justificar a sua privatização.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 25/91

Art. 1° - Fica denominada como "BIBLIOTECA PROFESSORA MARIA NICOLAS" a biblioteca deste Poder Legislativo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados para a documentação da história política do nosso Estado.

Art. 2° - A Assembléia Legislativa realizará solenidade oficial para a denominação, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta resolução.

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos este plano de lei à Assembléia Legislativa, pretendemos resgatar uma dívida que nosso Estado tem com a figura de MARIA NICOLAS - mulher lutadora, que dividiu sua vida entre o ensino dos jovens paranaenses, no sacerdócio da educação, e a prática literária prolífera - com grande destaque para a documentação da história política do Paraná.

O Paraná perdeu, no dia 03 de junho de 1988, não apenas uma escritora, uma pintora, mas uma das maiores representantes da

arte insita em nosso Estado. MARIA NICOLAS nasceu em 10 de setembro de 1899 - tendo falecido aos 88 anos de idade - "conservando ao longo de sua existência a jovialidade, o idealismo e um profundo amor a Curitiba, sua cidade natal" - como bem disse outra talentosa escritora, Adalice Araújo, e como bem testemunhamos todos nós, que convivemos com a lucidez de uma criatura que com simplicidade e despojamento, atravessou os anos e assistiu à virada de um século.

Filha de Aylr Léon Nicolas, funcionário do antigo Theatro Guayra, como também da Escola de Arte e Indústrias de Mariano de Lima, desde a infância Maria Nicolas conviveu com artes cênicas e plásticas, embora só tivesse começado a pintar aos sessenta anos de idade. Tendo iniciado sua carreira no magistério, como professora normalista aos dezessete anos de idade, substituindo a mestra Júlia Wanderley; anos mais tarde, em 1949, bacharelou-se em Pedagogia.

Sob o pseudônimo de Lamaris colaborou no Diário da Tarde. Como escritora tem mais de trinta títulos publicados, entre os quais figura "Alma das Ruas". Sua convivência com o teatro possibilitou-a usar da dramaturgia como recurso pedagógico, tendo publicado na área específica entre outras, a obra "Teatro Infantil". De sua autoria foram as peças "Vingança de Mulher", "Não Perdes por Esperar" e, televisionadas, "Peripécias de um Avarento".

Como historiadora dedicou-se de forma inteira e verdadeira para registrar a vida política do Paraná, muito notoriamente, a deste Parlamento, com o livro "130 ANOS DE VIDA PARLAMENTAR" e outros que precederam.

Assim, entendemos que a denominação da biblioteca desta Casa como BIBLIOTECA MARIA NICOLAS vem se constituir em mais uma oportunidade de reverenciarmos a figura de uma de nossas mais ilustres paranaenses.

São minhas razões para o projeto.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 119/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL SAMUEL AUN WEOR - FUNDASAW, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL SAMUEL AUN WEOR é uma fundação de direito

privado, sem fins lucrativos e criada dentro do que prevê os artigos 205 e 215 da Constituição Federal e o artigo 24 e seguintes do Código Civil, para suceder e dar continuidade aos trabalhos e objetivos da AGEACAC, fundada em 12 de novembro de 1983, de quem recebe patrimônio, fontes de receita, direitos de natureza cultural-educacional.

Criada em assembléia geral extraordinária, realizada em 12 de novembro de 1988, a FUNDASAW tem como objetivos, dentre outros: promover atividades, eventos, cursos, palestras, seminários, encontros, debates e outros de natureza cultural e educacional; colaborar com instituições públicas ou privadas, no desenvolvimento e incentivo à cultura, à educação e à formação e desenvolvimento do ser humano; trabalhar pela cooperação e integração das diversas formas de conhecimento universal acumulado pelo homem em sua história.

Por este trabalho extraordinário que a FUNDASAW vem desenvolvendo, há mais de dois anos na comunidade curitibana, é que propomos o seu reconhecimento como de utilidade pública, até mesmo porque, não pode haver trabalho de maior utilidade pública que o voltado para o enriquecimento cultural e educacional do nosso povo.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 120/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba parte regularizada da área situada no município de Curitiba, bairro do Bagacheri, com aproximadamente 198.776,00m² (cento e noventa e oito mil e setecentos e setenta e seis metros quadrados), de que trata a Lei n° 8.851, de 25 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial do Estado n° 2.821, de 26 de julho de 1988.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata este artigo exclusivamente destinado à implantação do projeto "Cidade da Fraternidade", com a finalidade de prestar assistência aos idosos e às crianças, com atendimento global de todas as suas necessidades biopsicossociais, em sistema integrado, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, ao propor a doação à Irmandade da Santa Casa de

Misericórdia de Curitiba de parte de uma área do patrimônio do Estado se reveste de inigualável relevância, sobretudo, social, uma vez que se pretende abrigar, em tal local, a "Cidade da Fraternidade", projetada por aquela Instituição.

O projeto "Cidade da Fraternidade" objetiva prestar assistência aos idosos e às crianças, com atendimento global de todas as suas necessidades biopsicossociais, em sistema integrado, tendo em vista as obrigações impostas ao Estado e à sociedade de promoverem o bem-estar da população em geral.

Ademais, é preciso lembrar do tratamento secular que a Santa Casa de Curitiba desenvolve, com a qual todos nós temos uma grande dívida e a obrigação de prestar apoio quando se trata de manutenção ou ampliação de suas atividades filantrópicas em favor do povo mais humilde.

Esta, a nossa justificativa ao projeto que pretende doar uma área de propriedade do Estado, sem utilização específica, a uma das suas mais respeitadas entidades e em favor inquestionável de seu povo.

PROJETO DE LEI N° 121/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado como "Escola Estadual José Fressato" o estabelecimento educacional situado na rua Nova Londrina, n° 30, Vila São José, nesta Capital.

Art. 2° - A Secretaria de Estado da Educação, através do setor competente, realizará solenidade oficial, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, para a denominação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Parece-nos ser de justiça inteira denominar o estabelecimento educacional mantido pela Secretaria de Estado da Educação, situado na rua Nova Londrina, n° 30, nesta Capital, como Escola Estadual José Fressato, por haver sido este senhor um dos pioneiros da localidade onde está localizada aquela escola e, inclusive, o doador da área onde ela foi construída.

Nascido em 1° de março de 1895, nesta Cidade de Curitiba, foi Oficial do Exército Brasileiro, Capitão de Minas e proprietário de empresa mineradora vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Foi o primeiro comerciante da Vila São José, auxiliando por mais de sessenta anos a muitas famílias carentes da região.

Todos os terrenos, hoje de propriedade da sua família, já serviram para a instala-

ção do Circo da Cidade, Mercado Popular, Praça de Lazer, Esporte e Recreação, atividades voltadas à comunidade.

Falecido em 1981, deixou uma folha vastíssima de serviços prestados à comunidade, à população carente, e uma família exemplar, de tradição da nossa cidade.

Por outro lado, há que ressaltar que o nome hoje emprestado àquela escola, Capão da Imbuia, além de não prestar qualquer tipo de homenagem, acaba por propiciar grandes transtornos, por mencionar uma região da cidade diferente daquela em que o imóvel está localizado.

Esperando, através da proposta, poder fazer justiça a uma figura realmente merecedora, contamos com o apoio dos nobres senhores parlamentares.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 122/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 2°, da Lei n° 9367, de 13.09.90, passa a ter a seguinte redação:

"Começa na confluência do rio Iguaçu com o Rio Butiá, seguindo pelo Rio Butiá, até sua cabeceira, daí em reta alcança a cabeceira do Rio Rancho Grande, segue pelo Rio Rancho Grande até encontrar o Rio Chopin, seguindo pelo Rio Chopin até encontrar o Córrego Manchorra ou da Divisa, segue pelo Córrego Manchorra ou da Divisa até sua cabeceira, daí por uma reta atinge a cabeceira do Lajeado do Veado, desce por este até sua foz no Rio São Lourenço, desce por este até sua foz no Rio Iratim, divisa intermunicipal com Bituruna, desce pelo Rio Iratim acompanhando os limites intermunicipais com Bituruna até a foz do Lajeado da Escada, daí por uma reta alcança a cabeceira do Lajeado do Saltinho ou Ribeirão da Canela, desce por este até sua foz no Rio de Criciúma, desce por este até sua foz no Rio Iguaçu, segue pelo Rio Iguaçu até encontrar o ponto de partida da confluência do Rio Butiá".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA.

O escopo do presente projeto de lei prende-se ao fato do envio do Ofício DETRE n°009/90, do IBGE corrigindo os limites do município CORONEL DOMINGOS SOARES, criado pela Lei n° 9367, de 13.09.90.

PROJETO DE LEI N° 123/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, "ad referendum" de plebiscito, o município de Aparecida do Oeste, com as seguintes divisas:

"Da Foz do "Ribeirão Tonetti" desce pelo "Rio Goio Erê" até o "Rio Mouro", sobre por este até a ponte da "Estrada Boia-deira BR 487" segue por esta até a divisa reta e seca com o município de Araruna segue por esta até a nascente do "Ribeirão Tonetti", ponto inicial".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DO OESTE

"Do cruzamento da "Rua da Saudade" segue pela "Rua Enok dos Santos" até a divisa de fundos das "Quadras 1 e 2" (inclusive) segue por esta até a "Rua da Saudade" e por esta até a "Rua Goio Erê" segue por esta até a lateral da Quadra 3" (inclusive) segue por esta até a "Rua das Chácaras" segue por esta até a "Rua Enok dos Santos" e por esta até a "Rua Estreita" segue por esta até a "Rua 1" e por esta até a divisa de fundos das "Quadras 10 e Cemitério" (inclusive) até a "Rua da Saudade", ponto inicial".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo dar atendimento a uma justa reivindicação dos habitantes da comunidade de Aparecida, que já preenche os requisitos básicos necessários para elevar-se à categoria de município.

Constata-se, outrossim, pela documentação anexa, idêntico interesse das autoridades municipais de Tuneiras do Oeste no sentido de que seja efetivada a criação do referido Município.

Considerando que a nova configuração político-administrativa irá propiciar grandes benefícios aos habitantes da comunidade de Aparecida, nada mais justo e oportuno que esta Casa venha hipotecar integral apoio ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 124/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Torna-se obrigatória a inclusão do tipo sanguíneo e fator RH nas carteiras de identidade e de habilitação, em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

A presente medida visa facilitar o socorro e atendimento das pessoas vítimas de acidentes e em casos de emergências, uma vez que a maioria da população não possui esta informação em casos de necessidade.

PROJETO DE LEI N° 125/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Vereador José da Silva a estrada que liga Cianorte ao Distrito de Vidigal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

José da Silva nasceu no dia 13 de dezembro de 1913, na cidade de Antas, no Estado do Rio de Janeiro, onde viveu sua infância, em seguida foi para São Paulo, juntamente com seus pais, onde passaram a residir em Porto Ferreira, nesta cidade ele se casou e de lá ele transferiu-se para a cidade de Bernardino de Campos, ainda no Estado de São Paulo onde ele começou a trabalhar na lavoura de café, vindo em seguida para o Paraná, residindo primeiramente na cidade e Cambará e em seguida na cidade de Cornélio Procopio, trabalhando em fazendas na formação das lavouras de café, ainda em Cornélio Procopio foi comerciante no ramo de secos e molhados, após alguns anos mudou-se para a cidade de Maringá, mais precisamente no ano de 1948, em Maringá trabalhou como carpinteiro, motorista de taxi, vendedor em loja de tecido, passando após algum tempo a trabalhar na Companhia de Terras Norte da Paraná, como agenciador e vendedor de terras. Em 1953, José da Silva ficou viúvo com nove filhos, sendo a maioria menores. Mudou-se para a cidade de Cianorte-PR. no ano de 1958, continuando seu trabalho junto a Companhia de Terras, aqui em Cianorte ele exerceu também a função de Delegado substituto, e em seguida a de Vereador na gestão do então Prefeito Nelson Prendin. José da Silva foi pioneiro em Cianorte, onde viveu até sua morte em 23.06.89, José da Silva sempre foi um homem que gozou de boas amizades por onde passou, em Cianorte principalmente, pois sempre foi em sua vida um homem de inabalável conduta, e honestidade para com seus semelhantes.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 126/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a conversão, de cabines simples em cabines duplas, em veículos tipo pick up ou camionetes, através das empresas especializadas legalmente estabelecidas no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

Apoiamento: João Arruda, Renato Adur, Durval Amaral, João Preis, Nilton Barbosa, Algaci Túlio, José Tavares, Dobradinho da Silva, Cleiton Kielse e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A proibição da conversão das cabines simples em cabines duplas ocorreu mediante o Ofício Circular nº 03/91-DG-, da Diretoria Geral do DETRAN/PR., em interpretação da Resolução nº 727/89, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN -, não havendo lei na Constituição Brasileira, votada pelo Congresso Nacional, que restrinja a referida conversão.

Mediante este fato, a proibição da mesma reverterá em expressiva redução de empregos e receita aos cofres públicos do Estado do Paraná, uma vez que em outros Estados da Federação, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, para onde vão os interessados licenciar seus veículos, principalmente os tipos pick up e camionetes, com a finalidade de convertê-los em cabine dupla, já que nesses Estados a interpretação da Resolução nº 727/89 os favorece e permite essa alteração de característica, uma vez que este fato não diminui a capacidade de carga do veículo ou altera seu sistema de segurança ou chassi.

Entendemos que diante da expedição do Ofício Circular nº 03/91-DG- em 28 de janeiro de 1991, emanado do Diretor Geral do DETRAN/PR., Dr. José Deliberador Neto, inúmeros são os problemas para os proprietários de veículos a diesel, principalmente com cabines dupla, registrados no Paraná, uma vez que nos demais Estados da Federação a interpretação da Resolução 727/89 é bem diferente da adotada neste Estado.

Entendemos ainda que a autorização para a conversão de cabines dos citados veículos virá em benefício da melhoria de tecnologia dos veículos nacionais, aumentando e melhorando a competitividade no mercado com os veículos de fabricação estrangeira e ainda ampliando nosso parque industrial, gerando a demanda de mão de obra especializada.

PROJETO DE LEI Nº 127/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá, com sede e foro na cidade de Paranaguá Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) LOURENÇO FREGONESE.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá - ACEDA, foi fundada em 20 de setembro de 1989, baseada no alto espírito altruísta dos seus fundadores.

A ACEDA, além de caráter assistencial a que se propõe, é a entidade mantenedora do Centro Especializado para Deficientes Auditivos de Paranaguá - Nidia Moreira Garces. CEDAP.

Esta associação visa manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção de deficiente auditivo no meio social.

Visa ainda ACEDA, estimular o trabalho do deficiente auditivo, desenvolver a cultura especializada com o consequente treinamento do pessoal destinado a trabalhar no campo da educação, esclarecer a auxiliar os pais na conduta relativa ao deficiente auditivo.

A Associação de Colaboradores da Escola dos Deficientes Auditivos de Paranaguá, pretende ainda, promover medidas comunitárias de âmbito municipal e regional, que visem assegurar o ajustamento e o bem estar do deficiente, onde quer que ele se encontre.

Estes são somente alguns dos propósitos da ACEDA, mas que pelo seu alto valor meritório e altruísta, nos levam a pleitear a necessária ajuda dos recursos financeiros estaduais que só podem ser alcançados com a declaração de Utilidade Pública, da Associação de Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá, o que só poderá ser alcançado com o total apoio dos nossos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 128/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do município de Xambrê as datas nºs 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 24, daquele Município e Comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 30, do Livro 73-P, do 7º Tabelião de Curitiba e escritura Pública de Doação Lavrada no Tabelionato de Xambrê, no Livro E/13,

fls. 24 a 25, em data de 11 de junho de 1971.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente pretensão, tendo em vista que, conforme consta dos documentos acostados, o município de Xambrê, procedeu à doação do referido terreno ao Estado do Paraná, para que incorporando-o ao seu patrimônio, pudesse nele construir edifício para abrigar a Delegacia local.

Tendo transcorrido, desde à data da efetivação do ato, mais de 19 anos sem que o Estado executasse a obra objeto da doação, a mesma perdeu sua finalidade.

Por outro lado, o Município necessita dispor da área para abrigar unidades administrativas, de forma a viabilizar a execução de projetos administrativos da administração atual.

Assim, torna-se imprescindível a reversão da doação ao Município, de molde a que as diretrizes administrativas daquele Executivo não venham a sofrer prejuízos irreversíveis.

PROJETO DE LEI Nº 129/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do município de Xambrê a data nº 12, da Quadra nº 24, daquele Município e Comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 102vº/103vº do livro nº E-8 do Cartório de Notas do Tabelião Aristóteles Coelho Rosa, de Xambrê em 27 de abril de 1970.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente pretensão, tendo em vista que, conforme consta dos documentos acostados, o município de Xambrê, procedeu à doação do referido terreno ao Estado do Paraná para que, incorporando-o ao seu patrimônio, pudesse nele construir edifício para abrigar a agência de rendas local.

Tendo transcorrido, desde a data da efetivação do ato, mais de 19 anos sem que o Estado executasse a obra objeto da doação, a mesma perdeu sua finalidade.

Por outro lado, o Município necessita dispor da área para abrigar unidades admi-

nistrativas, de forma a viabilizar a execução de projetos administrativos da administração atual.

Assim, torna-se imprescindível a reversão da doação ao município, de molde a que as diretrizes administrativas daquele Executivo não venha a sofrer prejuízos irreversíveis.

PROJETO DE LEI Nº 130/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida a Sra. Dolfina Maria de Jesus Barbosa, viúva do ex-prefeito de Tapira, Sr. Luiz Antônio Barbosa, uma pensão mensal no valor de 03 (três) salários-mínimos mensais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NILTON BARBOSA.

PROJETO DE LEI Nº 131/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica isento de pagamento da taxa mensal de água, para uma (1) economia residencial, em todo o Estado do Paraná, qualquer que seja o órgão fornecedor, o usuário que preencha os seguintes requisitos:

- a) tenha renda familiar não superior a dois (2) salários-mínimos mensais;
- b) não gaste mais de 10 metros cúbicos de água ao mês.

Parágrafo Único - O usuário que, num determinado mês, ultrapassar o limite estabelecido na alínea "b" deste artigo, estará sujeito ao pagamento da taxa usual do órgão fornecedor, naquele mês.

Art. 2º - O usuário, para ter direito à isenção estabelecida no art. 1º desta lei, deverá cadastrar-se, anualmente, junto ao órgão fornecedor de água, para comprovação do limite de renda familiar.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

I - Fundamento Legal do projeto
Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Com fundamento no art. 65, da Constituição Estadual vigente, tomamos a iniciativa de propor à Casa o estudo e a aprovação do presente projeto de lei, que tem por finalidade isentar a população de baixa renda, do pagamento mensal da taxa de água, em todo o Estado do Paraná, conforme critérios estabelecidos neste projeto.

Ao propormos este projeto de lei, não ferimos o disposto no art. 66, da Carta Estadual, que relaciona matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado. Nem tampouco este projeto de lei se aprovado, incidirá em aumento de despesas previstas no art. 88 da mesma Constituição Estadual.

E foi na própria Constituição Estadual que fomos buscar inspiração para apresentarmos este projeto, de grande alcance social. No Capítulo VI, do Título VI, que trata da Ordem Social, encontramos o art. 210 e seu parágrafo único, que dizem:

Art. 210 - "O Estado, juntamente com os municípios, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, com o objetivo de promover a defesa preventiva da saúde pública, respeitando a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

Parágrafo Único - O programa será regulamentado mediante lei e orientado no sentido de garantir à população:

I - abastecimento domiciliar prioritário de água tratada;"

Esta é a razão legal deste projeto.

Examinado o aspecto legal para tramitação do presente projeto de Lei, passamos a outras considerações importantes e esclarecedoras.

II - IMPORTÂNCIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Senhor Presidente,

Senhores Deputados:

Para discorrermos sobre a importância deste projeto de lei, que isenta a população de baixa renda, do pagamento da taxa mensal de água, precisamos, inicialmente, mostrar a importância da água para o ser humano.

A água constitui um elemento essencial à vida animal e vegetal. Seu papel no desenvolvimento da civilização é reconhecido desde a mais alta antiguidade. Hipócrates (460-354 A.C.), pai da Medicina, já afirmava: "a influência da água sobre a saúde é muito grande."

O homem tem necessidade de água de qualidade adequada e em quantidade suficiente para todas as necessidades, não só para proteção de sua saúde, como também para o seu desenvolvimento econômico. Assim, a importância do abastecimento de água deve ser encarado sob o aspecto sanitário e sob o aspecto econômico. Assinala-se que a qualidade e a quantidade da água a ser utilizada num sistema de abastecimento estão intimamente relacionados às características do manancial.

a) Importância sanitária do abastecimento de água.

A importância sanitária do abasteci-

mento de água é das mais ponderáveis; a implantação ou melhoria dos serviços de abastecimento de água traz como resultado uma rápida e sensível melhoria na saúde e nas condições de vida de uma comunidade, principalmente através do controle de prevenção de doenças, da promoção de hábitos higiênicos, do desenvolvimento de esportes, como a natação, e da melhoria da limpeza pública; reflete-se, também, no estabelecimento de meios que importam em melhoria do conforto e da segurança coletiva, como instalação de ar condicionado e de aparelhamento de combate a incêndios. Constitui o melhor investimento em benefício da saúde pública.

Ressalte-se, assim, conforme tem sido constatado em muitos lugares, que a implantação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água traz como consequência uma diminuição sensível da incidência das doenças relacionadas à água. Estes efeitos benéficos se acentuam bastante com a implantação e melhoria dos sistemas de esgotos sanitários. Por outro lado, tem também sido constatado que a implantação dos sistemas adequados de abastecimento de água e de destino dos dejetos, a par da diminuição das doenças transmissíveis pela água, indiretamente ocorre a diminuição da incidência de uma série de outras doenças, não relacionadas diretamente aos excretos ou ao abastecimento de água (Efeito Mille Reincki).

b) Importância econômica do abastecimento de água.

A importância econômica do abastecimento de água é também de grande relevância. Sua implantação se traduz num aumento de vida média da população servida, numa diminuição de mortalidade em geral e, em particular, da infantil, numa redução do número de horas perdidas com diversas doenças; estes fatos se refletem, portanto, num aumento sensível do número de horas de trabalho dos membros de uma comunidade, e com isto aumento de produção.

c) Taxa média de consumo doméstico

O consumo doméstico de água é maior em casa de pessoas pertencentes à classe média do que em casas de pessoas de classe mais pobre. Isso é devido a um maior número de instalações e ao hábito de uso da água em maior profusão. Contudo, a não ser em casos extremos, tais como casas com número grande de aparelhos e moradias com uma simples torneira, o padrão de vida dos habitantes não é muito importante.

Apresentamos aqui, a tabela tirada do "Public Water Supplies" por Turneure e Russel, que mostra o consumo médio em várias cidades (14), de várias classes de famílias:

CONSUMO DOMÉSTICO D'ÁGUA

Consumo:
litros p/ pes-
soa e por dia

Casas de apartamentos	235
Residências de 1. ^a classe	205
Residências de classe média	130
Residências populares	57

Desprezando as condições externas, a média de consumo doméstico de água pode ser calculada entre 75 a 200 litros "per capita", por dia.

d) Efeito do desenvolvimento da cidade no consumo doméstico de água.

O consumo de água "per capita" cresce com o desenvolvimento demográfico da cidade. Com o melhoramento do padrão de vida, existirá forçosamente um aumento do número de instalações de aparelhos. Provavelmente, também haverá um uso maior das instalações, tudo isso contribuindo para aumentar o consumo de água. Nas cidades menores explica-se o consumo menor de água, e que uma maior percentagem do povo ainda conserva suas fontes particulares de abastecimento de água, ao mesmo tempo que tem menor número de aparelhos instalados.

e) O abastecimento de água no Paraná

No Paraná, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, empresa de economia mista do Estado, é fornecedora de água potável para a maioria dos municípios paranaenses.

A SANEPAR tem praticado tarifas diferenciadas e de aspecto social. Dos 554 sistemas operados por ela, apenas 20 são superavitários. Mas, o deficit apresentado pela maioria dos sistemas é compensado com a prática de tarifas uniformes para todo o Estado.

Entre as tarifas diferenciadas da SANEPAR, ressalte-se a TARIFA SOCIAL, hoje atendendo cerca de 18 mil usuários. Essa tarifa social estabelece normas para sua concessão, a saber:

- 1°) renda familiar não superior a dois (2) salários-mínimos;
- 2°) imóvel do usuário medindo até 60 metros quadrados de área;
- 3°) gasto mensal não superior a 10 metros cúbicos.

Em valores atuais, essa tarifa social custa Cr\$ 566,00 ao mês. Considerando-se o número atual aproximado de 18 mil contemplados por essa tarifa, a arrecadação atinge pouco mais de Cr\$ 10 milhões de cruzeiros mensais.

III - OBJETIVOS DESTES PROJETO

Nosso Projeto de Lei tem por objetivo

isentar os usuários que preenchem os seguintes requisitos:

- 1°) tenha renda familiar não superior a dois (2) salários-mínimos;
- 2°) não gaste mais de 10 metros cúbicos de água ao mês.

Deixamos de estabelecer, neste projeto, limite de área do imóvel, para tornar a lei, caso aprovada, mais abrangente, sem dificultar sua operacionalidade com relação ao tamanho maior ou menor do imóvel, que passa a ser apenas um elemento acidental e circunstancial, quando a limitação mais importante é a quantidade de consumo mensal.

Dois aspectos devem ser considerados neste projeto de lei: o aspecto social e o aspecto econômico.

a) Aspecto social do projeto.

A razão social deste projeto, que isenta do pagamento mensal da taxa de água as famílias de baixa renda, é por si só, dentro de sua abrangência, de grande alcance social. Segundo estimativas das mais otimistas, 50% da população brasileira, no mínimo, atinge essa faixa social.

O Paraná tem uma população estimada em 10 milhões de habitantes. Levando-se em consideração o percentual de 60%, cerca de 6 milhões serão beneficiados por esta lei, se aprovada.

A tarifa única, englobando custos da isenção prevista nesta lei, transformar-se-á num elemento válido de distribuição de rendas a ser considerado pela sociedade paranaense. Os mais ricos custeiam os mais pobres.

b) Aspecto econômico do projeto

Sob o ponto de vista econômico, o projeto apresenta um disciplinamento do gasto mensal de água potável em todo o Estado. Fazendo menção ao limite mensal de 10.000 litros de água por família, o projeto estimulará o racionamento de consumo de água.

No aspecto de expansão demográfica, tendo em vista que as cidades de maior população são as que mais consomem água, este projeto de lei, se aprovado, em muito ajudará no racionamento sistemático do consumo.

Os próprios agentes fornecedores de água terão razões econômicas a contabilizar nos seus investimentos de agora e de futuro.

A SANEPAR, por exemplo, que cobra taxa social mensal no valor de Cr\$ 566,00, pela isenção, evitará custos de religação que hoje orça em Cr\$ 586.00.

IV - CUSTEIO DO PROJETO

Sem levar em consideração que a própria população terá parcela significativa no custeio deste projeto, pela implantação

da TAXA ÚNICA AO CONSUMIDOR, há outros fatores a serem considerados.

Recursos a fundo perdido advirão para os órgãos fornecedores de água, em vista da implantação do sistema de isenção. Recursos do FINSOCIAL, da Caixa Econômica Federal, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, do Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR e de outros agentes financeiros, poderão dar cobertura para a plena execução deste projeto de lei.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 118/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a "REGIÃO ADMINISTRATIVA DO MÉDIO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ", integrada pelos seguintes municípios: JUSSARA, CIANORTE, SÃO TOMÉ, TERRA BOA, JAPURÁ, INDIANÓPOLIS, RONDON, GUAPOREMA, CIDADE GAÚCHA, TAPIRA, TUNEIRAS DO OESTE E TAPEJARA.

Art. 2° - Fica designada para Sede da Região Administrativa do Médio Noroeste do Paraná, a cidade de CIANORTE.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.04.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoiamento: Rossoni, Luiz Antonio Setti e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Com a instalação de órgãos representativos do Governo do Estado e do Governo Federal em Cianorte, irá facilitar imensamente os trabalhos dos prefeitos da região, nas soluções de seus problemas comuns, favorecendo e agilizando os projetos inerentes aos municípios. A criação desta microrregião é de alta importância a todas estas comunidades, visto que as mesmas estão ligadas à AMERIOS, cuja sede é UMUARAMA, distante 80 Km, sendo composta por quase 3 (três) dezenas de municípios. Tal desmembramento acarretará inúmeros benefícios para os mais diversos setores das administrações municipais.

A indicação de Cianorte para sede administrativa fundamenta-se no fato de que o município tem infra-estrutura para dar atendimento aos municípios vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, Servidores desta Casa, nobre imprensa falada e escrita.

Queremos comunicar, preliminarmente, que S.Exa, o Senhor Secretário da Educação do Paraná, Professor Elias Abrahão, aqui estará amanhã, às 10 horas do período matutino, para uma conversa informal, mas muito objetiva, a respeito da política educacional do Estado, através do novo Governo. E também nós, os Parlamentares com assento naquela Comissão e com a presença do Professor Paulo Maia, iremos sabatinar S.Exa, a respeito dos assuntos críticos por que vem passando o ensino, o professorado e a educação de um modo geral no nosso Estado.

Mas, Senhores Parlamentares, queremos trazer a esta Casa um Requerimento, fazendo nossas palavras do ilustre Deputado Federal, Paulo Munhoz da Rocha, com assento na Câmara dos Deputados, em Brasília, solicitando do Governo do Estado do Paraná e, particularmente, de S.Exa, a Secretária da Cultura do Estado do Paraná, mais dois pavimentos para a nossa Biblioteca Pública, que tem uma demanda atual de cinco mil usuários-dia, e um acervo bibliográfico de cerca de 270 mil livros, além de jornais, de revistas, e diversos outros documentos,

Queremos requerer a esta Casa que conste dos seus Anais, o pronunciamento do Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha, que diz o seguinte: (Lê) "Senhor Presidente, Senhores Deputados, em recente pronunciamento nesta Casa, disse da minha preocupação em relação às leis econômicas que vêm regendo o universo das propriedades nacionais.

Referi-me, em particular, às dificuldades financeiras que atingem os estabelecimentos de ensino nos seus mais diversos níveis, mesmo aqueles bem administrados, como é o caso da Universidade Federal do Paraná, que corre o risco de amargar uma vida vegetativa se não liberados, de imediato, os recursos que lhes são devidos pelo Governo Federal.

Minha atenção à área da Educação tem, entre outras, uma razão muito especial: Ao lado da saúde, foi esse o setor que mereceu tratamento especial nos programas governamentais do Estado do Paraná durante as gestões de meu pai, Caetano Munhoz da Rocha (1920-1927) e de meu irmão, Bento Munhoz da Rocha (1950-1954).

Obras por eles edificadas ainda estão servindo ao povo paranaense, como é o caso das Escolas Normais de Curitiba, Paranaíba e Ponta Grossa, além do Teatro Guaíra, para citar apenas algumas ligadas às áreas de Educação e Cultura.

Retorno hoje a esta tribuna para focalizar outro empreendimento, igualmente importante e que também se insere na relação há pouco referida: a Biblioteca Pública do Paraná, inaugurada em 19-12-1954.

Nesta época a população de Curitiba

era de 140.000 habitantes, contra os 1.500.000 atuais.

Bento, seu idealizador, olhando para o futuro onde visualizava as gerações que sucederiam a sua, projetou-a de forma que sua estrutura pudesse receber mais dois pavimentos "a serem construídos, em época oportuna," sobre os 4 do projeto original.

Para uma demanda atual de 5.000 usuários/dia e um acervo de 270.000 livros, além de coleções de jornais, revistas e diversos outros importantes documentos, parece-me imprescindível que se inclua tal ampliação no elenco de prioridades do novo Governo Estadual, razão pela qual, Senhor Presidente e Senhores Deputados, enviei ofício à atual Secretária de Cultura do Estado do Paraná. Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando seu empenho no sentido de viabilizar esta proposição, que, tenho certeza, receberá o apoio irrestrito de toda a bancada paranaense.

Finalizando Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência a fineza de dar conhecimento deste pronunciamento, ao Senhor Governador do Paraná, a Senhora Secretária da Cultura e aos nobres Senadores e Deputados do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Consulto Vossa Excelência se deseja falar no Horário da liderança do PMDB?

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Perfeitamente, Presidente.

O Sr. Rafael Greca de Macedo - Permite-me um aparte, Deputado?

Sua Excelência traz à esta Casa uma preocupação que é de todo o Paraná, qual seja a da recomposição e ampliação do sistema de referência bibliográfica do Estado, representado pela Biblioteca Pública.

Lembra muito o Deputado Paulo Munhoz da Rocha e lembra muito bem Sua Excelência, a importância de se dar à Biblioteca um novo suporte físico.

Parece que o endereço tradicional pode comportar mais quatro andares, e existe projeto neste sentido.

O que nos assusta um pouco é que, eu estou preparando o discurso com que vamos homenagear, como cidadão benemérito do Paraná, o Senhor Alex Beltrão, o embaixador Alex Beltrão, depois de amanhã. E fazendo a pesquisa para a homenagem do Alex Beltrão eu via lá que foi ele que criou, nos anos 60 o IAPAR, criou FUNDEPAR, criou a CODEPAR, depois BADEP, criou a CAFE DO PARANÁ, criou o Projeto de Viabilidade da Capivari-Cachoeira.

Daí, a gente vê a vida do Bento e vê que ele criou o Teatro Guaíra, criou a Biblioteca, criou isso, criou aquilo, quer dizer o Paraná parece ter vivido um tempo de criação.

E vive agora, será, um tempo de decadência? Onde todas estas instituições dos anos 50, dos anos 60, dos anos 70, parece que pedem água, pedem a sensibilidade dos governantes?

Então, Deputado Swarowski, fazendo eco às palavras do Deputado Munhoz da Rocha, no Congresso Nacional, eu acho que não é sem tempo que o Paraná se ponha de pé e passe a viver, de novo, o momento bonito da criação!

Abandone esse trato da vida como um pesadelo, e um pesadelo de mídia, só uma guerra de jornal, comandada por um ou outro barbudo aí, interessada em destruir e pouco criar.

Vamos buscar, sobremaneira, a idéia forte, a idéia mãe, a idéia luminosa, que vem espelhada no seu pronunciamento, de valorizar as coisas do Paraná!

A Biblioteca vai de mal a pior, seus funcionários são mal pagos, o sistema de referência é precaríssimo e a produção intelectual do Estado que desde 1853 até agora não passa de 8.000 livros, vai muito maltratada, mas muito maltratada mesmo!

Portanto eu ressalto à Assembléia e para a História a importância do seu pronunciamento.

Tomara a Srta. Prochmann, que assumiu com seu ar vibrante de militante política a direção da Biblioteca, tenha os ímpetus revolucionários necessários para fazer da Biblioteca um endereço à altura da nossa tradição.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Eu agradeço pessoalmente, nobre Deputado Rafael Greca, o seu pronunciamento sempre esclarecedor.

Efetivamente Vossa Excelência, no seu aparte brilhante que exorta a sua grande personalidade de homem público e de profissional invulgar, Vossa Excelência confirma a nossa tese de que não existe a tão falada, tão decantada, falsa timidez do paranaense; já no passado, com essas figuras de pró-homens, como um Bento Munhoz da Rocha Neto, ficou demonstrado à sociedade brasileira e mundial que o paranaense não é tímido, que não tem temor, que não é receoso, que não é acanhado, que não é fraco, não é frouxo, mas é viril e tem fibra de transformar o presente em obras para os nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos num amanhã próximo. Daí porque, Deputado Rafael Greca, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós lastimarmos mais uma vez aqui de público, ao lado de apoiarmos e felicitarmos a Secre-

taria da Cultura do Paraná, em reeditar obras dos vultos paranaenses, obras paranaense de exaltação do Paraná, como recentemente o livro "Para Compreender o Paraná", de Hélio de Freitas Puglielli, e também "Um Brasil Diferente", de Wilson Martins, onde na sua segunda edição o próprio Wilson Martins elogia muito o nosso Parlamentar Rafael Greca pelo auxílio prestimoso que emprestara o nosso Parlamentar àquela segunda edição. Obras que devem ser reeditadas, como "Pelos Caminhos do Sul", do Jornalista Ericksen Pereira, e tantas e tantas outras.

Mas queremos deixar de público o nosso reparo, às expressões da falsa, da patologia da timidez paranaense, de autofagia do paranaense, como reproduz aqui o ilustre Hélio de Freitas Puglielli, repetindo historiadores da década de quarenta, como o grande Davi Carneiro, como Temistocles Linhares dos mesmos anos, e que divulgaram por aí a falsa timidez paranaense; quando nós devemos falar em modéstia, em humildade do paranaense, ou seja, como diz o nosso Aurélio: "Na ausência de vaidade do paranaense, no despreendimento do paranaense, na desambição do paranaense, na despreensão do paranaense, na simplicidade carinhosa do paranaense, na reserva, no pudor do paranaense, que não é fraqueza, que não é frouxidão, que não é timidez, na decência do paranaense, na gravidade do paranaense, na compostura do paranaense, que não frouxidão, que não é falta de audácia, que não é medo de enfrentar o futuro". Daí o nosso dissabor e o nosso convite para um debate junto a essa Assembléia. Para nós, sem paixões, respeitando a profundidade da pesquisa de tantos escritores que decantaram negativamente a falsa timidez do paranaense em tantas e tantas obras, que nós queremos que se reeditem à custa do Governo do Estado para compreensão melhor do nosso Paraná e para uma análise mais profunda na nossa grande realidade, e dizermos aqui publicamente que desafiamos todos quantos querem esquecer essa realidade palpitante do nosso Estado, aqui venham debater conosco, para que à luz de uma discussão coerente e construtiva, possamos pesar os argumentos positivos e negativos da verdadeira História do Paraná, para o bem dos nossos filhos e do futuro da nossa geração, que está construindo este Paraná, que não se assenta nos ombros de Sísifo, que carregou aquela pedra, como o gigante da mitologia, diariamente, até os sinos da montanha. Chegando lá, voltava às suas origens no sopé da montanha.

Vamos provar àqueles que assim pensam, que o Paraná se assenta nas costas do gigante Atlas na construção do seu amanhã, cada vez mais dadivoso, melhor e com maior

justiça social para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

(Lê):

Redução de gastos e priorização do ensino de 1º grau, necessidades fundamentais para a administração de um estado para todos os paranaenses.

A situação econômica do país exige que as soluções sejam mais criativas, auto-suficientes e passem pelo caminho da união, principalmente, tendo em vista que as dificuldades são enormes e de toda ordem.

Senhores Deputados, priorizar significa ousar, decidir significa administrar, pois dar tudo a todos é impossível, ao Estado cabe decidir.

Senhores Deputados, prioridade à educação do 1º grau, visando atender a quantidade de tantos jovens que ano a ano buscam os bancos escolares e não os encontram vem de encontro ao desejo de todos nós, bem como dos pais destes jovens que desejam que os impostos deem educação digna para seus filhos.

É necessário buscar também a redução de gastos pois ela garante que para amanhã tenhamos recursos para continuar pagando nossos professores e a atender ao crescimento da população que adentra às escolas.

Senhores Deputados, devemos apoiar atitudes de governo que beneficiem a maioria dos paranaenses, independentemente do partido que somos filiados. E estas, de redução de gastos e de prioridade do ensino de 1º grau, tomadas pelo governo Requião, merecem o apoio de todos. Principalmente quanto a aprovação da mensagem que remeteu à Casa, de n. 013/91 alterando o orçamento da Secretaria da Educação e priorizando o ensino de 1º grau.

Senhores Deputados, busquemos que as universidades do Paraná recebam o apoio de recursos federais, que abram suas pesquisas para o setor privado da economia e cobrem por isso e que deem, além da massa crítica que formam, maiores soluções para o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos me trazem a esta tribuna no dia de hoje. Há poucos dias, tivemos a oportunidade de homenagear e participar da posse de dois ilustres paranaenses em dois cargos que representam a força empresarial e política do Paraná. Em Brasília, assumiu

a presidência da OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, o paranaense Dr. Wilson Thiersen. Em São Paulo assumiu a Associação Comercial de São Paulo o curitibano Lincoln Cunha Pereira, com a presença de representantes desta Casa. No último dia 05 de abril assumiu o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Criação de Suínos mais um paranaense, o toledano João Saimetz.

Estamos apresentando, nesta oportunidade, requerimento para que se consigne em ata, da presente sessão, voto de congratulações ao novo Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos, João Luiz Saimetz, eleito e empossado no último dia 05 de abril. E, ao mesmo tempo, se formule convite ao homenageado para participar da reunião da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e do Bloco Parlamentar Agropecuário, a fim de expor a situação e as necessidades da atividade suinícola.

Este convite e homenagem se fazem oportunos pela situação difícil que atravessa a suinocultura mais uma vez.

Temos em mãos um telex que recebemos da Associação Municipal de Suinocultores de Marechal Cândido Rondon, da Associação Regional de Suinocultores do Oeste do Paraná, Suinoeste, e da Associação Paranaense Presidente da Suinoculturas, denunciando a manobra do monopólio da carne. Então é oportuno que a Comissão de Agricultura e o Bloco Agropecuário possam ouvir então, do novo da Suinocultura Nacional, os problemas da classe que este Poder Legislativo possa participar e colaborar na solução e apoio a esta essencial atividade econômica do Estado.

Outro requerimento que estamos apresentando nesta sessão, dirigido ao Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho, ao Secretário Nacional de Administração, à Comissão de Securidade e Assistência Social da Câmara Federal e à CPI do Congresso Nacional, com cópias aos Deputados e Senadores paranaenses. Estamos cansados e com muito nojo com o que está acontecendo com a Previdência Social deste País. O contribuinte, o aposentado, o cidadão brasileiro que necessita do apoio da Previdência Social, que paga aos cofres mensalmente a sua contribuição, não pode mais aceitar que esta situação se arraste e continue com o assalto, a ladroeira e a corrupção oficial que está instalada na Previdência Social.

Queremos apenas que a Constituição Federal que prevê no seu Artigo 194 a maneira objetiva que deveria ser administrada a securidade social, diz o Artigo 194. "O caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhado-

res, empresários e aposentados". É isso que nós queremos que se instale na Previdência Social deste País, uma administração aberta, democrática e participativa como prevê a Constituição Federal, nós temos certeza que desta forma os marajás, os corruptos serão eliminados deste País, porque os Estados e os municípios com a participação de trabalhadores, empresários e aposentados teriam condições de fiscalizar e denunciar qualquer distorção que possa ocorrer na Previdência Social, porque caso contrário nós não temos outra saída do que mobilizar os contribuintes da Previdência até que se mude a postura e se tenha a transparência do que acontece com o dinheiro que é arrecadado com muito suor pelo contribuinte da Previdência.

Estamos aqui falando em nome dos aposentados, dos beneficiários que pedem justiça e respeito com a sua contribuição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vamos mais uma vez nos utilizar desta tribuna para lamentar uma das primeiras posições, uma das primeiras decisões, e primeiras declarações deste Governo e de seu Secretário com relação às Faculdades Estaduais. O problema da educação neste País vem se arrastando há longo tempo. As dificuldades da escola pública não se dimensionam mais. As Faculdades foram criadas na época do Governo passado para satisfazer uma vaidade daquele governante. Neste momento, quando aquelas Universidades se mobilizam em prol de suas reivindicações, nós assistimos declarações hoje através dos órgãos de imprensa, do Secretário da Ciência e Tecnologia dizendo que as Universidades terão que dar uma explicação dentro de noventa dias sobre a redução de 30% nos seus gastos. E nas Universidades como nas Escolas Públicas nós não vemos investimento como gasto. E que esses recursos seriam destinados às escolas de primeiro e segundo graus. Nós acreditamos como educador, nós acreditamos como trabalhador no serviço público, nós acreditamos que como professor, nós não podemos aceitar que o começo do tratamento com relação à escola pública de primeiro e segundo graus representem o confronto com a escola pública de terceiro grau. Nós sabemos que o problema da educação de primeiro e segundo graus não está no fato de se desviar das escolas estaduais de terceiro grau, recursos para que supram as necessidades que hoje têm as escolas de primeiro e segundo graus que estiveram abandonadas em

outros governos, em especial pelo Governo que este sucedeu. A escola pública de primeiro, segundo e terceiro graus não está pedindo de chapéu na mão, não está pedindo cesta básica para sua manutenção, a escola pública está pedindo para ter um tratamento de decência. A escola pública de terceiro grau como as de primeiro e segundo graus, estão pedindo, neste momento, pede o ensino de terceiro grau nas Universidades Estaduais o quê? Pedem apenas para que aqueles que têm poder de decisão se sentem à Mesa para achar o diálogo e não deixem, mais uma vez, os trabalhadores da Universidade pública, das escolas públicas terem necessidade de virem à rua, mais uma vez, para pagar o preço do desgaste por uma sociedade que muitas vezes, não tem conhecimento desse tipo de tratamento que se dispensa hoje à escola pública não só do Paraná mas do Brasil.

Nós assistimos hoje, em frente à Delegacia do Ministério da Educação, à manifestação também dos estudantes da Universidade Federal do Paraná com uma proposta mais ridícula em nível de escola pública de terceiro em nível federal, onde o Ministério da Educação propõe que a sociedade assuma a formação desses profissionais e depois, em serviço, eles paguem aquilo que a sociedade retribuiu. O povo paga impostos, o povo paga suas contribuições para ter respostas! Vamos colocar sobre a mesa a verdadeira realidade das Universidades estaduais! Vamos mostrar a realidade com que foi deixada a escola de primeiro e segundo graus! Vamos partir para o diálogo, mas não vamos, mais uma vez, tentar mostrar que porque somos governantes, temos a força para reprimir, que temos a forma repressão, que é pela violência, pelo desconto em salário que nós vamos calar a manifestação dos trabalhadores.

Nós lamentamos profundamente que declarações deste tipo, que, quando o Paraná espera na sucessão de um governo que nós tenhamos ocupado os palácios, governos que tenham a capacidade de ouvir a manifestação dos trabalhadores, nós tenhamos respostas e divulgações pela imprensa desta natureza. Isto fere, isto choca, isto magoa quem tem compromissos com a coisa pública.

As escolas de primeiro e segundo graus quando se mobilizam pelas suas reivindicações, quando denunciam o sucateamento, quando denunciam as situações em que se encontram, não estão vindo pedir misérias, pedir benevolências, elas não estão vindo à praça pública pedir para que tenham piedade, não, elas estão apenas pedindo para que a educação pública neste Estado seja tratada com respeito, para que os trabalhadores do serviço público sejam tratados com dignidade.

Lamentavelmente, nós assistimos, hoje, pelos órgãos de Imprensa do Paraná, o Governo denunciando e dizendo que setenta e duas mil empresas poderão ser isentadas da contribuição de impostos, o que representaria muito além daquilo que as Universidades e as escolas precisam em termos de investimentos. Agora, a escola, quando faz a manifestação, tem o tratamento da prepotência, tem o tratamento da arrogância e nós lamentamos porque conhecemos as posturas do atual Secretário de Ciência e Tecnologia do Paraná que foi, de fato, um dos poucos Parlamentares Constituintes que teve a hombridade, que teve a coragem de defender os direitos da escola pública, que teve a coragem de se posicionar em defesa dos direitos dos trabalhadores; e nós temos certeza também que este mesmo cidadão há de fazer uma análise sobre suas posturas e não há de fazer, por estar num cargo, a contrariação dos seus princípios do passado como Parlamentar.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Paulo Maia?

(Assentimento).

Eu me associo às palavras de Vossa Excelência Deputado brilhante do Partido Socialista Brasileiro, sobre a situação do ensino público no Estado.

Agora mesmo chega às minhas mãos, o projeto de suplementação orçamentária do Governo do Estado, cujo parecer favorável eu já fiz na Comissão de Constituição e Justiça para ser votado amanhã, sobre uma suplementação orçamentária para o Governo recompor os prédios públicos do Estado do Paraná porque o arcabouço do ensino vai de mal a pior. Agora mesmo, nós sabemos, a Escola de Música e Belas Artes, tradicional endereço da cidade, aqui da Capital, ameaça ruir, está impedida de funcionar. Também nos surpreende muito, e nisso eu me solidarizo com Vossa Excelência que o Governo insista na velha prática, que não foi purgada, pelo jeito, pela eleição, de tratar a Educação como caso de polícia, dando porrada em professor, desrespeitando a autonomia universitária, tratando reitor eleito como bedel, enfim, práticas essas facistas e que confirmam - só confirmam - que a inteligência ainda neste Estado precisa resistir, resistir como fez D. Miguel Tomás de Unamuno, da Universidade de Salamanca, no tempo da revolução que deu origem à Guerra Civil Espanhola, quando as Brigadas Partidárias de Camisas Negras invadiram a Universidade, o Reitor teve a coragem de dizer: "Aqui se ensina a luz, a inteligência e a verdade. Viva a vida, viva a Universidade!"

Infelizmente o quadro é geral, é grave, há uma barricada na Travessa Alfredo

Bufren com relação à Universidade Federal do Paraná, que pede socorro também. E eu acho que a medida do Governo para tratar dos casos de Ciência e de Tecnologia deveria ser a ponderada medida do Maurício Fruet, que era candidato a Senador do PSDB e não desse Maurício Fruet pós-nomeação para o atual Governo. A medida deve ser a medida do bem comum, a medida da busca do bem do Paraná. Não dá para tratar a Universidade como caso de polícia, não dá para tratar professor como caso de polícia, não dá para tratar a Educação como caso de polícia, a menos que se queira sempre ganhar a eleição deformando a informação, controlando a mídia, tentando falsear a verdade e, de uma certa forma, puxando o tapete do Paraná na sua caminhada para o futuro.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de Vossa Excelência e registro também neste momento um fato que é tremendamente lamentável. Toda vez que há mobilização do trabalhador, principalmente do trabalhador do serviço público, do trabalhador da Educação em especial, vem o Governo com a mesma falácia de sempre dizer que, com todas as desgraças, o Paraná ainda é um Estado privilegiado porque tem o pagamento dos seus trabalhadores em dia, como se isso fosse uma benesse, como se isso não fosse um compromisso, e compararmos a outros Estados que têm os seus pagamentos atrasados.

Nós não vivemos em São Paulo, nós não vivemos em Santa Catarina, nós não vivemos em Minas Gerais: nós vivemos no Estado do Paraná. E quando o empregador paga os seus trabalhadores em dia, nada mais faz do que a obrigação em corresponder com o salário em dia, ao trabalho que também foi dado naquele dia pelos seus trabalhadores.

Nobres Parlamentares, nós acreditamos que essas posturas não de ser equivocadas e que este começo não represente os quatro anos deste Governo e que vá agir desta forma, quando nós esperamos que o diálogo, quando nós esperamos que esse diálogo possa prevalecer sobre a intimidação do poder, sobre a intimidação de quem tem a força para reprimir, para quem tem a força para coibir movimentos que são justos, porque a história da Universidade Estadual do Paraná não é deste momento: ela já vem se arrolando ao longo do tempo, e até a presente data nem uma decisão fora dada, obrigando obviamente aqueles trabalhadores a virem à praça pública denunciar essa falta de competência para se negociar, para se sentar a uma mesa com quem tem o poder de educar, com quem tem o poder de formar, com quem tem o poder de decisão e de solução deste País, que é através da Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Nós queremos registrar a presença de José Osmar Longuin, Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina; Osni Giordani, Vice-Presidente; Ismael Ferreira Martins, 1º Secretário; César de Silvio, 2º Secretário; José Maria Galvão, Francisco de Paula Sobrinho, Horácio Negrão, Vereadores que vieram prestigiar a posse do Deputado Eurides Moura; Coronel Belmiro Saber Filho, Dr. Otacílio Campiolo, Dr. Luiz de Oliveira Neto, Sr. Antônio Devechi, Gerente do BANESTADO, presenças que engrandecem este plenário.

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha).

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos neste Pequeno Expediente, abordar a questão do movimento dos trabalhadores na área da educação do Estado do Paraná. Recentemente esses trabalhadores estiveram aqui na Assembléia Legislativa, representando várias entidades e aqui fizeram uso da palavra, pedindo apoio dos Senhores Deputados em função da situação vivida pelas Universidades paranaenses.

Disse naquela ocasião, um representante dos trabalhadores da educação que de março de 87 a fevereiro de 91 a perda salarial era de 420%. No IAPAR, IPARDES, FAMEPAR e EMATER, de junho de 87 a fevereiro de 91 a perda era de 355%. Se contarmos somente a data base, setembro de 90 a fevereiro de 91, a perda salarial nas instituições de ensino era de 125% e nas demais Instituições, de 140%.

Os representantes dos trabalhadores procuraram negociar via DRT e lá marcaram duas reuniões e naquele momento, representantes do Governo Álvaro Dias, disseram que nada tinham a dizer e transferiu tudo para o Governo Requião e ainda pediu dez dias de acordo com telex que foi anexado a documentos enviados a todos nós Deputados.

Por esse motivo, os dirigentes sindicais daquelas instituições, junto com representante do DRT e do Governo Álvaro Dias, marcaram nova negociação para o dia 26 de março, atendendo o pedido do Governo que saía, de dez dias, para o Governo que entrava. Roberto Requião, Governador, conheço sua prática como ex-Prefeito da Cidade de Curitiba, autoritário e onipotente, ninguém enviou para negociar com aqueles trabalhadores.

Portanto, não houve negociação do Governo do Estado com os trabalhadores do Setor de Educação e com o setor fundacional que tem data marcada para entrar em

greve amanhã.

Roberto Requião de Mello e Silva com o seu discurso progressista, nada mais é do que um novo ditador que assume o Palácio Iguaçu, porque assim ele agiu na Prefeitura Municipal de Curitiba, perseguindo líderes sindicais naquela ocasião.

Roberto Requião disse que corta o "ponto" e que vai cortar as despesas das Faculdades e Universidades estaduais em 30% e que cada uma dessas Universidades deve fazer os cortes nesse valor, justamente a mesma proposta de Collor de Mello em Brasília, para sucatear e destruir o ensino público. Essa é a proposta de Collor, essa é a proposta de Requião. Faz o discurso em defesa da escola pública e quer que os trabalhadores da educação trabalhem com perda salarial.

Se compararmos Requião com Collor, Requião ou melhor dizendo, Collor ainda baixou medidas provisórias e Requião se nega a cumprí-las, o que daria reposição salarial de no mínimo 35% para os trabalhadores das Fundações e Universidades. Significa que o achatamento salarial imposto por Requião, é pior do que o achatamento salarial imposto por Collor de Mello e olhem que Collor de Mello tem levado ao desemprego, à fome e à miséria os trabalhadores brasileiros e os servidores públicos federais. Requião ainda quer impor maior achatamento. Quando Requião foi Prefeito de Curitiba, jamais pagou um "gatilho" salarial, jamais pagou uma URP. Portanto, nós sabemos quem é Requião e sabemos o que esperamos dele.

Requião diz que vai veicular propaganda via canais de televisão, dizendo que os Professores não terão achatamento salarial e nem perda salarial se o contribuinte pagar os seus impostos, para isto, vai usar cenas do massacre da Polícia Militar sobre os Professores. É o que está dizendo à imprensa.

Acredito que aquela cena que ele vai veicular, provavelmente, era a cena que ele gostaria de repetir para o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Hoje, volto a esta tribuna para lembrar que há alguns dias atrás, o Deputado Ovídio Constantino fez uma denúncia a respeito de uma situação que está ocorrendo no Município de São João do Triunfo.

O Prefeito Municipal de São João do Triunfo, atendendo a apelos de denúncias de moradores daquele município, dirigiu-se

ao Secretário de Segurança Pública e informou a este que uma quadrilha de ladrões de automóveis agia impunemente naquele município. Uma quadrilha que contava, inclusive, com suspeitas de que participavam autoridades policiais e até autoridades públicas daquele município.

Feito isto, o Prefeito de São João do Triunfo passou a sofrer inúmeras ameaças por parte dos integrantes daquela quadrilha. Tanto que, o Senhor Secretário de Segurança, foi compelido a afastar o Delegado Titular de São João do Triunfo do cargo e determinar a substituição deste cidadão por outro Delegado. Ocorre que houve um fato já denunciado na ocasião pelo Prefeito Municipal de que um Delegado de uma cidade próxima chegou na residência do Prefeito de São João do Triunfo com um dos integrantes da quadrilha de ladrões de automóveis e disse: "Olha, Senhor Prefeito, este cidadão que está aqui no meu carro está preso no Município de Palmeira. Ele é integrante da quadrilha e é uma pessoa extremamente perigosa. Cuidado que este cidadão pode fugir da Delegacia novamente". Esta denúncia foi claramente entendida como uma ameaça direta de que poderia haver a libertação deste marginal para depois cometer algum crime, algum atentado contra a vida do Prefeito Municipal de São João do Triunfo.

E o que é mais grave, Senhor Presidente, Senhores Deputados, domingo este marginal se evadiu da cadeia de Palmeira e hoje está em liberdade. Enquanto isto, temos hoje na Delegacia de São João do Triunfo apenas um Delegado que sequer de um automóvel dispõe para fazer as investigações. Ou seja, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos em São João do Triunfo concretamente o Prefeito Municipal correndo sério risco de vida e as autoridades deste Estado não fazendo nada, porque foi ele um Prefeito que teve a coragem de se colocar contra esses marginais e ficar ao lado da sua população e aí quero aqui fazer desta tribuna, fazer esta acusação de que se alguma coisa acontecer com a pessoa do Prefeito de São João do Triunfo ou a outras pessoas ligadas àquela administração, será da responsabilidade única e exclusiva do Governo do Estado e da Secretaria da Segurança.

Faço aqui um apelo ao Líder do Governo para que providencie imediatamente uma audiência com o Secretário de Segurança e se for necessário com o Governador do Estado. Não é mais possível, como presenciei ontem, o Prefeito de São João do Triunfo ter a segurança que foi determinada pelo Secretário da Segurança apenas às 10h30min da noite, quando chegou um policial na casa dele, totalmente desprotegido esse cidadão está enfrentando marginal da mais

alta periculosidade, é uma autoridade pública nesse Estado, um homem que teve a coragem de denunciar a máfia que existe muito grande por trás desses quadrilheiros de automóvel e não se toma nenhuma providência.

Eu tenho ouvido por aí o discurso do Governador do Estado, dizendo que uma das prioridades é segurança. Então eu acho que esse apelo, essa denúncia é oportuna, e espero que a Secretaria de Segurança dê um exemplo, dê as garantias e principalmente, apure concreta e objetivamente, com todo o rigor e evasão desse marginal da cadeia de Palmeira, que hoje certamente, já está em São João do Triunfo, em tocaia, para pegar o Prefeito ou alguma outra autoridade. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Nilton Servo.

O SR. NILTON SERVO - Senhor Presidente, Senhores Deputados desta Casa.

É com muita honra e com muita satisfação e pela primeira vez, faço uso da palavra em Plenário.

Venho para esta Casa, para ao lado de meus companheiros, somar esforços, trabalho e lutar por um Paraná melhor, apesar de pertencer a um Partido de Oposição, quero deixar bem claro o meu posicionamento nesta Casa.

Venho aqui, para me posicionar contrário as decisões tomadas pelo Governo, que venham prejudicar o bem-estar do nosso Estado. Venho a esta Casa, para ser contrário ao Governo quando ele decidir alguma coisa que venha prejudicar o nosso Estado e a população desse Estado. Mas venho também para acompanhar nas decisões que o nosso Estado será beneficiado.

Meus Senhores, é com muita honra que falo pela primeira vez nesta Casa. Venho com muita emoção, pois, venho aqui para resgatar uma cadeira que ontem no passado, através do arbítrio, da prepotência do AI-5, ceifaram e tiraram do meu pai, ontem Deputado nesta Casa, Lázaro Servo, junto com ele grandes companheiros foram cassados, como está presente o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, homem que eu aprendi a respeitar e admirar, diante de vossos posicionamentos, hoje apresento nesta Casa, o meu primeiro projeto de lei, um projeto amplamente social, para beneficiar uma população mais carente do nosso Estado.

É lamentável, que hoje o Paraná, através de um serviço de água tratada, mais de vinte por cento da população mais carente do nosso Estado, deixa de ter água no dia a dia. Esta água que mata a sede, esta água que somada ao arroz, mata a fome.

Apresento a esta Casa, um projeto, que isenta aquela família que tenha a renda inferior a dois salários mínimos, isenta esta família de pagar a sua água pois ela está sofrendo com os cortes da SANEPAR. E esse homem, esse trabalhador do campo, esse homem que ontem no passado, que com suas próprias mãos cavava o seu próprio poço, para ele, para a sua família, não lhe faltava água. E hoje, através das empresas municipais e estatais, ele está sofrendo na sua mesa. Quero apresentar aos Senhores e pedir à Comissão de Finanças, aos colegas Deputados, para facilitarem a aquisição de água para essa gente. A água é uma necessidade para somar à necessidade da saúde do cidadão. E este homem, como vos disse, quando através de uma corda, através de um balde, puxando com as suas próprias mãos, a água não lhe faltava.

Venho hoje, pedir aos companheiros que somem ao lado desse nosso projeto, mesmo porque, essa água que é tão abundante no nosso Paraná, esta água que nos dá "royalties", como é o caso da Itaipu, "royalties" milionários ajudando o engrandecimento da nossa terra e da nossa gente.

Venho aqui, pois tenho caminhado por esse Brasil e grande parte do Exterior, e lá ouço falar, ouço falar, que o Paraná nada mais é do que um pedaço da Europa no Brasil, mas nós não temos o benefício do progresso, da luta e do trabalho e o pobre dessa vez, terá que ser beneficiado pelo menos com a água para matar a sede e a fome. Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Conselheiro do Tribunal de Contas Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O rio atinge os seus objetivos, porque aprendeu a contornar os obstáculos. Nós, desde o final do ano passado, fixamos um objetivo para a nossa vida. Na eminência da vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas deste Estado, nós nos propúnhamos a preencher esta vaga, a colocar o nosso nome em discussão nesta Casa, para em a representando, preenchermos a vaga que seria aberta com a aposentadoria do ilustre Conselheiro Antônio Rüppel.

Nós nos abstinemos então de qualquer disputa a partir daquela data. Na eleição desta Casa, participamos apenas com o nosso voto, não pleiteamos mais nenhum cargo a nível de Governo, porque a nossa pretensão era ocupar esta vaga; mas não foi fácil. Em nosso caminho apareceram muitos obstáculos e muitos entraves, forças alheias a esta Casa tentavam fazer com que

meus nobres Pares não apoiassem o meu nome, votassem em branco ou anulassem o voto, para que outra pessoa pudesse então alcançar este objetivo. E nós, nestes aproximadamente trinta dias, pudemos comprovar a decência dos companheiros que compõem esta Casa de Leis, acuados muitas vezes, eu sei, por pessoas ilustres até, que venham pedir em nome não sei de que e nem porque, não votar no Deputado Artagão de Mattos Leão. E aí nós pudemos ver que os companheiros que hoje ocupam este Parlamento, são homens de fibra, são homens sérios, são homens honestos, que não se vergaram perante esta pressão. E no dia da eleição nos conduziram com uma vitória esmagadora e uma vitória extraordinária, mostrando que os companheiros desta Casa pensam sozinhos, sabem o que vão fazer, não precisam de indicações! E se assim foi, eu tenho certeza que assim será nos próximos quatro anos!

Ai daqueles que esperam conduzir debaixo de vara este Parlamento, não vão conseguir, porque, repito, desta vez esta Casa possui homens decentes, homens de fibra e homens que vão, sem dúvida nenhuma, honrar este Parlamento!

O Sr. Renato Adur - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

Deputado Artagão de Mattos Leão, nós que compartilhamos da mesma região, Centro-Oeste do Paraná, eu queria aqui dar o meu testemunho da sua luta, do seu trabalho, da sua decência e da sua dedicação em prol do Governo do Estado do Paraná e em prol da região central do Estado do Paraná.

É com pesar, de um lado, que perdemos um grande companheiro na região central do Estado do Paraná. O Governo do Estado também deixa de ter um companheiro combativo aqui na Assembléia Legislativa, mas temos a certeza que teremos um homem de capacidade ilibada, idoneidade moral comprovada, prestando os seus serviços ao Tribunal de Contas do Paraná.

Quero parabenizar a Vossa Excelência pelo trabalho, pela luta, pelos anos todos, pela sua dedicação aqui, defendendo inclusive na Liderança o Governo do Estado do Paraná!

E esses revezes que aconteceram esses dias, fazem parte da vida e daqueles que não consideram muito, às vezes, os companheiros de trabalho. Mas tenha certeza, companheiro Artagão, o reconhecimento ao seu trabalho, à sua luta, à sua dedicação, foi prestado naquela votação consagradora, aqui nesta Casa de Leis!

Receba os nossos parabéns e nossos sinceros votos de que Vossa Excelência muito bem representará esta Casa de Leis no Tribunal de Contas do Estado do Paraná!

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Muito obrigado.

A força bruta com o dinheiro dobram, mas só o justo argumento convence!

E nós conversamos com nossos colegas com o justo argumento, o argumento de que esta Casa havia ganho na Constituinte, inserido na nossa Constituição, o direito de indicar o Conselheiro do Tribunal de Contas. Por que esta Casa iria, naquela oportunidade, abrir mão deste direito? Como tenho certeza que a Casa não abrirá mão deste direito nas próximas vagas a serem abertas, naquele Tribunal!

Mas, companheiros, muitas vezes nas bancas do Parlamento, é difícil estabelecer a diferença entre os homens capazes e os homens capazes de tudo! É um provérbio que podemos aceitar, é um provérbio até bonito, mas que não se adapta a este Parlamento! Eu fiz questão de trazer este adágio popular nesta oportunidade, para dizer que no nosso Parlamento, que na nossa Casa, que na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, os nossos homens não são capazes de tudo! Os nossos homens, os nossos Deputados são capazes sim de impor a verdade, de dizer de sua competência, de lutar pelos destinos de seus municípios e pelos destinos do nosso Estado!

Eu agradeço, de coração, a demonstração de carinho dos meus nobres Pares. Quero ser o embaixador da Assembléia, lá no Tribunal de Contas. Procurarei, naquela Casa, lutar pela verdade, pelo direito, mas estarei sempre à disposição dos colegas da Assembléia Legislativa.

Tomo posse amanhã, às 16:00 horas. Gostaria de contar com a presença dos meus amigos, porque vocês me conduziram ao lugar que vou ocupar.

Eu deixarei, nesta Casa, Senhor Presidente, um pedaço de meu coração. Aqui passei oito longos anos. Pensei quando aqui cheguei, que de tudo sabia. Mas, eu sabia muito pouco. E aqui aprendi bastante.

Quero agradecer também aos companheiros do PMDB, meus companheiros de partido, aos Deputados do PRN, do PFL, do PDT, do PTB, do PSDB, do PL, do PT e do PSB. Todos companheiros que eu respeito e que admiro com muita profundidade.

Concedo aparte a quem o solicitou.

O Sr. Antônio Toti Colaço (Aparte) - Prezado Deputado Artagão Mattos Leão, que nesta tarde faz a sua despedida deste Parlamento, eu queria, em nome da Região Centro-Sul do nosso Estado, principalmente, cumprimentá-lo e agradecer pelos relevantes serviços que prestou à nossa região.

Eu comentava, há poucos instantes, que hoje é um dia histórico para esta Casa. Eu

acredito que qualquer um de nós, se nos colocássemos no seu lugar, estaríamos alegres e tristes ao mesmo tempo, porque Vossa Excelência, durante oito anos em que aqui esteve presente como Deputado Estadual do Paraná, deixou marcas profundas em todos nós, que estávamos distantes do Poder; pelo seu trabalho, pela sua luta, pela sua garra, pela sua coerência e principalmente, pela sua lealdade.

Por isso, companheiro e particular amigo, Deputado Artagão Mattos Leão, receba do povo sulista o nosso abraço e a nossa gratidão, e a certeza de que Vossa Excelência estará lá no Tribunal de Contas prestando relevantes serviços ao nosso Estado.

E queria, neste instante também, no momento em que Vossa Excelência se despede, dá o seu abraço a este Parlamento, desejar ao nosso futuro colega, Deputado Eurides Brandão, ex-Prefeito, municipalista em quatro costados, que vem fortalecer esta Casa: seja bem-vindo, Eurides, como ex-Prefeito, como Deputado da nossa Casa, e a certeza de que o Deputado Artagão Mattos Leão deixou um colega extremamente importante para o Paraná, aqui neste Parlamento.

Muito obrigado e os meus cumprimentos ao ilustre Deputado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Obrigado pela intervenção, ilustre Deputado Antônio Toti, eu também sei que a vaga que deixarei aberta, a partir de amanhã, será ocupada com muita dignidade por este nosso novo colega, que deve assumir na quinta-feira, o Deputado Eurides.

O Sr. Basílio Zanusso (Aparte) - Deputado Artagão, mais do que a nossa palavra, vale o nosso voto, que Vossa Excelência teve, e de quase todos os membros desta Casa, ao indicar-lhe Membro e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Mas, fazendo coro às palavras do Deputado Toti Colaço, que Vossa Excelência ao despedir-se desta Casa, dirige ele a Vossa Excelência, palavras de reconhecimento do trabalho de Vossa Excelência nesta Casa, em favor da sua região, eu queria acrescentar que além da sua região, Vossa Excelência prestou relevantes serviços ao Estado do Paraná, como Deputado, como líder da bancada situacionista e majoritária desta Casa que foi, durante dois anos, um membro das comissões permanentes, muito especialmente a C.C.J., onde também tive a satisfação de participar com Vossa Excelência naquela Comissão, por mais de uma legislatura.

Então, Vossa Excelência vai para o Tribunal de Contas com a confiança dos seus Pares, nesta Casa, e que vai honrar

este Poder e os votos de confiança recebidos nesta indicação, que não poderia ser em alguém com mais folhas de serviço prestado. Portanto, também pediram os colegas de minha Bancada que mais uma vez reiterrasse a nossa alegria de tê-lo lá no Tribunal de Contas, e também lembrar que Vossa Excelência será aqui representado, será substituído pelo ex-Prefeito de Rolândia, um homem, um administrador exemplar, conhecido; que sem dúvida alguma saberá honrar a sua cadeira.

Felicidades para Vossa Excelência lá no Tribunal de Contas.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço o Deputado Basílio Zanusso e encerrando esta minha participação neste oportunidade, para mim memorável, gostaria de agradecer também, do fundo do coração, os membros da Mesa Executiva desta Casa, companheiros que não me faltaram nos momentos mais decisivos de minha carreira, novo companheiro, como Segundo Secretário, velhos e bons companheiros como o Senhor Primeiro Secretário e o Senhor Presidente. Eu agradeço em muito a ajuda que Vossa Excelências sempre deram a este Parlamentar em todos os momentos de minha carreira nesta Casa e, sobretudo, nos dias que antecederam e no próprio dia da eleição que me conduziu ao Tribunal de Contas.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Senhor Deputado, usando as palavras do Deputado Renato Adur, na verdade hoje é com pesar que nós assistimos a sua despedida, mas também quero, em nome da Região Centro-Oeste, em nome do povo de Guarapuava, agradecer os relevantes trabalhos prestados por Vossa Excelência nesta Casa e desejar-lhe um trabalho profícuo, um trabalho sério, um trabalho honesto, que é característica da sua pessoa, que conheço profundamente, junto ao Tribunal de Contas.

Os meus parabéns.

E gostaria também, nesta oportunidade, de desejar as boas vindas ao nobre Deputado Eurides Moura, que hoje está sendo empossado nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço as palavras do ilustre Deputado Cezar Silvestri, tenho certeza que a região de Guarapuava, a região Centro-Oeste, terá daqui para frente um representante digno de sua altura, na pessoa do ilustre Deputado Cezar Silvestri. Eu agradeço o apoio de todos os meus companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

agradece as referências do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, que tem convicção de que Sua Excelência no Tribunal de Contas há de agir como agiu aqui na Assembléia, com dignidade, com honestidade e sobretudo com independência.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar à Presidência desta Casa que fosse adiantado o Horário do Expediente da sessão de amanhã para que todos nós pudéssemos comparecer à posse do ilustre Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Há sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Orlando Pessuti que, em caráter emergencial e em regime de urgência, requer concomitantemente às Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Educação e Cultura apreciem o Projeto de Lei nº 105/91.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - O Horário das Lideranças Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a votação nós daremos a palavra a Vossa Excelência. Vossa Excelência fique tranquilo que nós vamos conceder a palavra no Horário das Lideranças.

Está em votação o projeto do Deputado Orlando Pessuti. Requerimento, Senhores Deputados que aprovam a urgência para Mensagem Governamental queiram conservar-se como estão. Aprovado.

No Horário das Lideranças com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Não poderia deixar de ocupar o espaço da Liderança do PT hoje, nesta Casa, porque me deparei com um "release" elaborado pelo Departamento de Imprensa da Casa que diz que um dia, "depois de criticar o serviço médico da Assembléia Legislativa, o Deputado Ernani Pudell presenciou ontem a utilidade do atendimento médico rápido e ágil. Foi na hora de almoço quando um Vereador de Campo Mourão resvalou e caiu nos corredores do restaurante da Assembléia.

O primeiro socorro ao Vereador foi prestado por assessores do Deputado Pudell. Depois o acidentado foi imobilizado pelo Deputado e médico Domingos Carvalho mas, em poucos minutos, o plantão médico promoveu a remoção do Vereador em maca especial para um hospital de Curitiba".

Realmente, segundo informações existem

45 médicos na Assembléia, com um aparelho sofisticado para fazer a esterilização, etc, mas tivemos que remover o Vereador para um hospital próximo. Com certeza numa das dezenas de ambulâncias que a Casa dispõe. Até me parece, eu soube, o equipamento está agora numa Casa defronte ao prédio da Assembléia, desapropriado. Até agora não consegui descobrir se desapropriaram a Casa para colocar o equipamento, ou foi o inverso: porque parece-me que o equipamento não entrou pelos corredores e pelos elevadores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Quero aqui fazer uma autocrítica. Desconhecia eu o caso de AIDS que tivemos aqui na Assembléia, que legitimou a aquisição do autoclave e, por certo, pelo tamanho do aparelho, pela capacidade, já que pertencemos ao grupo de risco agora, certamente iremos até desinfetar as xícaras de café.

Quero aqui fazer uma proposta a esta Casa. Já temos um corpo clínico de 45 médicos, inclusive cirurgias plásticas, com certeza para ficarmos com sorrisos permanentes, já que somos políticos, temos que ser simpáticos e ter votos... sei que têm dificuldades. Inclusive vi a escala de plantões, são 28 médicos que estão prestando serviço na Casa, é difícil acomodar a todos neste espaço exíguo que temos ali no outro prédio da Casa. Temos ambulâncias, temos UTI, temos autoclave, por que não construímos um hospital para a Assembléia Legislativa do Paraná? Temos até uma boa localização, temos este prédio aqui que o Álvaro Dias nos legou, parece-nos que é do Tribunal do Juri, está abandonado, semi-acabado, será até com poucos recursos. Aí a população do Paraná teria, certamente, um hospital de alto padrão, de grande capacidade de atendimento e nós poderíamos chamar os doentes do Interior do Estado para virem aqui receber atendimento.

Cito, com algumas contradições, estes dias por exemplo estive no Departamento Médico e me falaram em 800 atendimentos por mês. Depois já eram 1.200 e agora já são 2.000. Fico imaginando que duas mil pessoas por mês daria 100 pessoas por dia. Não tenho visto filas tão longas assim. De qualquer forma, quando faço esta referência aqui, eu a faço com dois objetivos.

O Sr. Colombino Grassano - O Senhor Deputado me permite um aparte?

(Assentimento).

Senhor Deputado, eu não sei se o sarcasmo deve ser a nossa melhor arma, eu voltei a esta Assembléia Legislativa depois de muitos anos sem disputar eleições com um propósito muito firme de tratar de assuntos sérios nesta Casa. Tenho falado

onde posso sobre o comportamento dos Senhores Deputados na Assembléia nesta Legislatura. Ainda ontem, participando em nome desta Assembléia da Comissão que foi, ouvi, defender e prestigiar os funcionários do IAPAR, eu impedi que se fizesse uma greve solicitando que os Senhores funcionários do IAPAR dessem à Comissão designada pela Assembléia Legislativa o prazo de 48 horas para que nós pudéssemos ser o canal de entendimento entre os funcionários do IAPAR, os diretores do IAPAR que precisam de recursos para as pesquisas e o Senhor Secretário da Agricultura e posteriormente o Senhor Governador do Estado.

O representante do vosso partido, o Partido dos Trabalhadores, o nobre Deputado Paulo Bernardo, solidarizou-se com o meu pedido e por unanimidade os mil e duzentos funcionários do IAPAR deixaram de entrar em greve, porque eu afirmava naquela oportunidade que se estabeleceria na Assembléia Legislativa um regime de respeito, um regime de responsabilidade porque eu havia sido eleito para ser responsável, para respeitar e ser respeitado nesta Casa.

A maneira sarcástica Senhor Deputado que muito prezo, prezo muito a sua inteligência, respeito a inteligência forjada não apenas nos bancos escolares, mas como um advogado brilhante que é, mas, respeitando Vossa Excelência eu não posso permitir que com sarcasmo possamos fazer denúncias e fazer exigências.

Ouvi de Vossa Excelência, ainda hoje, a preocupação com a alteração do Regimento Interno da nossa Assembléia Legislativa, fiz ver ao Senhor Presidente da necessidade de retirar da Ordem do Dia esta ementa para que nós possamos discutí-la com seriedade atendendo aos interesses da Casa e aos interesses dos Senhores Deputados. E os interesses da Casa e os interesses dos Senhores Deputados são os mais elevados, são os mais dignos. Eu então convoco os homens que representam todas essas regiões do Estado que manifestemos um comportamento sério e responsável para que não sejamos amanhã, como já disse na minha Comissão, nós não sejamos amanhã os destinatários de novas mensagens que o eleitor manda aos políticos brasileiros nas eleições Parlamentares.

Respeito Vossa Excelência e acho que nós todos temos que ter respeito com esta Casa, com a Comissão Executiva e com todos os Senhores Parlamentares. Era o aparte que eu tinha que dar a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado seu tempo, Deputado Ernani Pudell.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Cônsul Geral da Itália, Carlo

Gian Piero Molinari, que está em visita à esta Casa.

(Palmas).

"A Mesa vai solicitar ao Poder Executivo o novo prédio do fórum para que seja construído um hospital, atendendo pedido do nobre Deputado Ernani Pudell".

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 58/91, subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente comunicando a listagem das proposições-veto, cujos pareceres pelo arquivamento foram aprovados por esta Comissão. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, devidamente apoiado, constante do expediente.- À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton César Servo, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 026/91 - veto aposto ao Projeto de Lei n° 602/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, circulação e comercialização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol. Com PARECER da C.C.J., FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário.

Em votação a Proposição n° 26/91. O Senhor 1° Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação. Favoráveis ao Projeto SIM, contrários ao VETO, NÃO.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu peço precedência na ordem de votação por estar com compromisso agendado relativo aos 300 anos de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência será o primeiro a votar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.
(Assentimento).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário que aguardem nas laterais.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, e Senhores Deputados.

Nós temos hoje a discussão do veto com relação à comercialização do metanol no Estado do Paraná. Este projeto de nossa autoria foi votado, foi aprovado por esta Assembléia exatamente no momento em que muito se falava a respeito do perigo do metanol e várias câmaras municipais, em vários municípios, tomaram iniciativa de impedir a sua comercialização nesses municípios, a exemplo de Curitiba. A Câmara Municipal de Curitiba criou, inclusive, uma comissão especial para análise mais aprofundada com relação ao uso do metanol e esta comissão, ouvindo vários setores da sociedade, setores envolvidos diretamente, especialmente com relação ao meio ambiente, à área da segurança não teve a menor dúvida em proibir a sua comercialização na Capital do Estado do Paraná. Também Campo Largo, Antonina e outros municípios do Paraná já adotaram a mesma preocupação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não há como fiscalizar o uso do metanol no Paraná, porque a própria Delegacia Regional do Trabalho e a própria Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, e ainda em consulta que fizemos ontem, estes órgãos continuavam afirmando que não têm condições absoluta de fiscalizar o manuseio do metanol. O Sindicato dos Trabalhadores do Co-

mércio de Derivados de Petróleo, que representa 2,5 mil frentistas de Curitiba, já se posicionou contrário ao emprego do metanol. Os trabalhadores não têm sequer condições de nutrição para manusear o produto. A Superintendência do Instituto Nacional do Meio Ambiente - IBAMA, no Paraná, esperava receber, e até agora não recebeu nenhuma, informação de que o metanol poderá ser manuseado em Curitiba com a devida segurança.

A Delegacia Regional do Trabalho e a Secretaria da Saúde do Estado, dizem que não estão preparadas para realizar essas funções e o metanol não será distribuído no Estado do Paraná sem que hajam as condições de segurança para aqueles que vão lidar diretamente com o produto.

Ainda nós tivemos também, através de vários vereadores que votaram em Curitiba, a posição afirmando que "...não entendemos que os interesses econômicos não devem se sobrepor aos interesses da saúde. Vale lembrar que o Ministério do Trabalho e a Secretaria da Saúde, o Sindicato de Trabalhadores ligados à área, o IBAMA, são contrários à utilização do metanol."

E nós poderíamos discorrer ainda de que o metanol é um produto altamente tóxico e o seu uso sem as condições de controle necessárias seria uma imprudência. A afirmação não é deste Parlamentar e nem de outro político, é do médico José Luiz Riani, do Ministério da Saúde, e foi feita durante o debate realizado na Câmara Municipal de Curitiba.

"Especialista em saúde do trabalhador, revelou aos representantes das entidades de defesa ecológica, da PETROBRÁS, Vereadores e Sindicatos de Trabalhadores envolvidos na distribuição da mistura metanol-álcool-gasolina, e em São Paulo e Minas Gerais, onde o produto já está sendo utilizado, as Secretarias de Saúde não estão realizando o controle sobre o manuseio do metanol, e os prejuízos à saúde dos trabalhadores. Um frentista morreu de infarto do miocárdio, e os médicos acreditam que o manuseio do produto contribuiu para a aceleração do processo fatal."

"A ingestão do produto pode provocar cegueira e morte, a inalação ou contato com a pele pode provocar vômitos, corizas, pneumonias, dermatites e lesões outras que podem trazer prejuízos seriíssimos à saúde dos trabalhadores."

"O Movimento de Ação Ecológica - AMAE - se pronunciou contrário ao uso do metanol devido à incapacidade de fiscalização já declarada pela Saúde e Delegacia Regional do Trabalho."

Então, Senhores Parlamentares, o próprio veto do Governador diz até que o nosso Projeto é de suma importância, principalmente no que se refere à saúde do tra-

balhador, à saúde do frentista, à saúde daquele que lida diretamente com este perigoso produto.

E vejam que a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná analisa o nosso Projeto e, no seu parecer, entende que o nosso Projeto não é inconstitucional. Trata a Proposição do veto aposto por Sua Excelência o Governador, ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, circulação e comercialização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol.

"Nas razões do veto Sua Excelência julga meritória a proposta, entretanto a classifica como inconstitucional, tendo dever impostergável de vetar a matéria."

"Instalada esta Comissão de Constituição e Justiça, observando-se o parágrafo único do art. 250 do nosso Regimento Interno, vem a Proposição para parecer deste Relator a fim de manifestar-se dentro do prazo legal."

"E a luz da razão, não se pode negar como louvável a posição do Poder Executivo, e igualmente a justificativa do Deputado autor pregar a constitucionalidade. No entanto, os aspectos que enfocam Governador e Deputado não se chocam. Notícias nos dão conta que casos semelhantes se encontram para decisão final dos tribunais superiores da Nação."

"Desta maneira, visto que a Proposição obedece na forma os aspectos da Constituição, das Leis e do Regimento, opinamos pela apreciação do mesmo em Plenário."

Então, vejam que a própria C.C.J. não classifica em momento algum que o Projeto é inconstitucional. Fosse assim, evidentemente, eu não estaria hoje aqui no plenário para discutir.

Podemos até entender que Sua Excelência o Governador nas razões do veto fala com relação à circulação do metanol. O que nós entendemos, nós que propusemos o Projeto, é que se nós proibirmos o metanol no Paraná, não há razão do metanol circular no Paraná. E nós queremos deixar claro o seguinte: a circulação diz respeito a que? Nós não podemos proibir que um carro vá se abastecer em São Paulo e não possa circular numa estrada, numa rodovia do Estado do Paraná, mas nós podemos proibir sim, que caminhões-tanque transportando metanol cruzem as estradas do Paraná com destino a outros Estados.

É essa a nossa preocupação e existe uma lei que também regulamenta o transporte de material explosivo. No entanto, lamentavelmente, esta lei não tem sido cumprida, e nós temos visto por aí, caminhões tombando nas estradas, carregando explosivos e as leis, lamentavelmente, não são cumpridas e a fiscalização não acontece.

Então, a nossa preocupação, quando o Governo faz questão de enfocar, nas razões do seu veto, de que não poderia aceitar o Projeto em função de que nós citamos aqui com relação à circulação, nós deixamos bem claro, na nossa opinião, no nosso entendimento, a circulação não se refere ao veículo que se abastece em outro Estado e trafega nas estradas do Paraná, mas sim, os caminhões que carregam em outros Estados e querem passar pelo Estado do Paraná.

Essa é a razão do nosso Projeto, que nós entendemos, acima de tudo, a preocupação com a saúde daquele que trabalha, a preocupação da saúde daquele que pode, num momento ou outro, verificar, através de uma "chupada" pela mangueira, para ver se vem o combustível ou não vem, pode lhe provocar a morte, pode lhe provocar a cegueira. É essa a nossa preocupação acima de tudo, com a saúde do trabalhador, razão pela qual peço a compreensão dos Senhores Parlamentares para que votemos o "não" ao veto, para que possamos manter a proibição do uso do metanol no Estado do Paraná.

É essa a nossa posição, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É evidente que o Projeto da lavra do Deputado Algaci Túlio, é um projeto de grande alcance social e meritório. O veto, evidentemente, como já anunciou o Deputado Algaci Túlio, incide sobre a proibição da circulação de combustíveis adicionados com o metanol. A Constituição Federal, em seu art. 66, § 2º, proíbe e todos nós sabemos, o voto parcial sobre expressões isoladas. Não houve então, Senhores Deputados, como se aproveitar o restante do artigo.

O Governador, ao vetar um Projeto, não pode vetar apenas a expressão "circulação". Ou ele veta ou não veta o artigo inteiro.

Nos aspectos atinentes à distribuição, comercialização, utilização de combustíveis com metanol, o Projeto não encontra, evidentemente, barreira legal, encontrando respaldo nos artigos 23, inciso IV da Constituição Federal, competência comum; artigo 24, inciso VI da Constituição Federal, competência concorrente e artigo 207, inciso VIII da Constituição Estadual.

Até aqui vale lembrar que em outras ocasiões esta Assembléia Legislativa legislou em matéria senão igual, senão idêntica, mas semelhante, quando da autoria dos nobres Deputados Sabino Campos, Paulo Furiatti, Rubens Bueno e de nossa autoria, nesta Casa se votou a lei que disciplinava

e regulamentava a utilização de produtos biocidas e agroquímicos, por nós chamados de agrotóxicos. Quanto à proibição da circulação do produto no Estado, é que não podemos legislar, uma vez que não temos competência para impedir o transporte do mesmo por rodovias federais que cortam o Estado, como é o caso da BR-116, por exemplo.

Não podemos impedir que uma carga de metanol, carregada em Santos, com destino à Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, passe pelo Paraná através da BR-116 e não podemos proibir também que veículos abastecidos com o combustível em outro Estado, trafeguem livremente em território paranaense.

Há que se considerar, finalmente, Senhor Presidente, que o artigo 22, inciso IV da Constituição Federal, atribui competência privativa à União, quanto à legislar sobre energia e nós não poderíamos nesse momento, deixar de afirmar que o álcool metílico não deixa de ser uma forma de energia.

Portanto, não temos como, lamentavelmente, aproveitar o projeto como foi apresentado pelo Deputado Algaci Túlio, porque ao legislar sobre circulação, nós estaríamos impedidos de assim fazer. Para se vetar apenas esta particularidade, não existe respaldo constitucional. E ainda mais, como diz a Carta Magna Constitucional, no art. 22, inciso IV, que diz da competência privativa da União em legislar sobre os aspectos ligados à energia. Sabemos que neste contexto em que está inserido o metanol, na condição de combustível, ele entra como um combustível energético e por isso estamos impedidos de legislar.

Propomos, Senhor Presidente, evidentemente, a manutenção do veto pelos aspectos e constitucionalidades por ele ferido e sugerimos que esta Assembléia Legislativa se utilize deste projeto e transforme numa moção junto às autoridades federais competentes para que o metanol não venha a ser utilizado como um combustível em nossos veículos. Acerca disso todos nós somos a favor. Nós mesmos fomos favoráveis na ocasião e nos manifestamos a favor do projeto do Deputado Algaci Túlio. Mas entendemos, após uma consulta mais aprofundada à legislação vigente, principalmente à Carta Federal e Estadual, que o projeto da forma como está, fere os princípios constitucionais, ele avança... esta Assembléia avança em suas atribuições de legislação. Propomo mais uma vez que este projeto se transforme numa moção de todo o Legislativo Estadual às autoridades competentes para que venhamos impedir, não só em Curitiba, não só no Paraná, mas em todo o Brasil, o uso do metanol. Por esta razão e pelos aspectos levantados, solicitamos que

o veto seja mantido e que os Senhores Deputados se manifestem, votando pelo "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas antes de encaminhar a votação, se Vossa Excelência me permite, há poucos minutos ocupei a tribuna e denunciei a ameaça sobre a vida do Prefeito de São João do Triunfo. Acabo de receber a informação, por parte do Deputado Carlos Simões, de que o Prefeito de São João do Triunfo sofreu um atentado, parece-me que com três tiros. E segundo nos informaram, não atingiu a sua pessoa...

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Foi um Vereador.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - De forma que a situação em São João do Triunfo está extremamente grave e faço um apelo ao Líder da Bancada do PMDB, ao Líder do Governo, para que tome providências imediatas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Só para informar e fazer uma correção: o Deputado não deve ter entendido muito bem. Recebi uma informação agora de um Vereador, um companheiro de São João do Triunfo, de que não foi o Prefeito e sim o Vereador que sofreu um atentado. É ele o Presidente da Câmara Municipal, Ulisses Bacil. Esta informação me foi passada ao gabinete. Recebeu três tiros e não foi atingido.

Então, esta informação foi para corrigir uma outra informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Afinal de contas, quem é que recebeu os tiros?

O SR. CARLOS SIMÕES - O Presidente da Câmara, Senhor Ulisses Bacil. Quem deu os tiros, ele vai falar amanhã. Amanhã à tarde ele vai falar à toda a imprensa e colocar a sua versão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Votaram quarenta e seis Srs. Deputados.

Designo uma comissão constituída pelos Deputados Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins e Cezar Silvestri para comporem a co-

missão escrutinadora.

Votaram 46 Deputados.

Pela manutenção do veto, 25.

Pela rejeição do veto, 21.

Está mantido o veto.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 35/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que altera o art. 1° da Lei Estadual n° 9235, de 30.04.90 (Associação Comunitária Evangélica Canaã). Com PARECER da C.C.J. FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 57/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL SÃO MARTINHO DE LIMA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 61/91, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE QUATIS, com sede no Município de Ipiranga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 73/91, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que concede título de Cidadania Benemerita do Paraná ao Sr. Pedro Muffato, desportista e empresário do Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 11/91, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que altera o memorial descritivo contido no art. 1° da Resolução n° 151/90. Com PARECER da C.C.J. FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 20/91, de autoria do Deputado ÉLIO RUSCH, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a população decida sobre a criação do Município de Pato Bragado. Com PARECER da C.C.J. FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 22/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que altera a redação dos Arts. 88, 89, 90 e 91 - Seção I (das Seções Públicas) do Regimento Interno (Resolução n° 159/90. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Executiva. (Publ. no D.A. n° 17, de 12.03.91).

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 22/91

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, visa alterar a redação dos arts. 88 a 91 (Seção I - Das Seções Públicas) do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão Executiva a opinar, entende que a propositura em questão é bem-vinda e oportuna, já que sua aprovação acarretará uma maior agilização dos trabalhos do douto Plenário e facilitará diretamente, a nobre atuação parlamentar dos representantes do povo paranaense eleitos legítima e democraticamente.

Assim sendo, nestas condições e pelo elevado mérito da proposição em tela, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Colombino Grasano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por três sessões. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por três sessões, o Projeto de Resolução n° 22/91.

Sobre a mesa, requerimentos n°s 608 a 614, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 630, de autoria do Sr. Deputado Nilton César Servo, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 634, de autoria dos Srs. Deputados Toti Colaço, Domingos Carvalho, Dalton Machuca e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. - A Mesa encaminhará como solicitação da Assembléia).

Requerimento n° 615, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 675, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 657, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 662, de autoria do Sr.

Deputado Duílio Genari, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 656, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 680, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 674, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 621, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 633, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimentos n°s 651 e 652, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 663 e 664, de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 665 a 673, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 646-A, de autoria do Sr. Deputado Nilton César Servo, com apoio dos Srs. Deputados Mário Bezerra, Duílio Genari, Dalton Machuca e demais Srs. Deputados.

UM SR. DEPUTADO - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão na forma do art. 155 do Regimento Interno.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Apenas para registrar, Sr. Presidente, que já se encontra nas mãos de Vossa Excelência e dos Srs. Secretários da Mesa, um projeto de nossa autoria, que fica autorizada a conversão de cabines simples em cabines duplas em veículos tipo Pick-Up ou camionetes através das empresas especializadas legalmente estabelecidas no Estado do Paraná.

Nós vamos contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa para dirimir de vez essa polêmica criada e esperamos que a Comissão de Constituição e Justiça também fique ao lado dos empresários do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 35, 57, 61 e 73/91; e dos Projetos de Resolução n°s 11 e 20/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 16/91.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GERALDO CARTÁRIO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE ABRIL DE 1991.

A PREVIDÊNCIA É VIÁVEL

Waldyr Pires

Tenho acompanhado com indignação e tristeza, o descabro que atinge a Previdência. Nestes últimos dias ela está nas manchetes de todos os jornais do País, golpeada pelos escândalos, ferida pelos atentados que praticam contra seus recursos. É igualmente afrontada pela impostura, pela teatralidade inoperante do governo que a sacrifica, para não ir ao fundo da questão, combatendo dura e eficazmente a fraude organizada ou avulsa, suprimindo verdadeiramente a impunidade, buscando eficiência e devolvendo-lhe o vigor financeiro.

Sinto-me no dever de voltar ao depoimento antigo, dizendo, como no passado, que há forças poderosas insinuando, em meio à omissão conivente da administração, a incapacidade da Previdência no Brasil, para comprometerem seu destino social e tentarem torná-la mais num balcão de negócios, numa terra de privações e de fome.

A Previdência é viável em nosso País. Hoje, inclusive, mais do que anteriormente, com a disposição constitucional, para cumprir-se, de ser financiada por toda a sociedade. Não seremos nunca, uma sociedade democrática moderna, justa, se não dispusermos de um sistema de seguridade social eficaz, abrangente de todos os cidadãos. Não há cidadania com o abandono das famílias depossuídas, desprotegidas na saúde, na velhice, na infância.

O País tem recursos para sua previdência. Não pode ter recursos é para tolerar a impunidade dos responsáveis pelo assalto ao dinheiro público. O combate à fraude, na Previdência, ou onde quer que seja, não deve ser uma façanha, um fato isolado, bombástico, que se tira da cartola para o jogo publicitário dos índices de pesquisa.

É uma decisão política e moral para a prática cotidiana, obstinada, que realiza a gestão honrada da coisa pública. Sobre tudo, quando se trata da Previdência, cuja missão é de proteger os que vivem ou viveram dos ganhos do trabalho, e são, com suas famílias mais de uma centena de milhões de brasileiros.

Essas fraudes, agora noticiadas, já seriam do conhecimento das altas autoridades do País há meses, mas a fraude, para ser combatida, não pode ser objeto de sigilo, e sim de apuração aberta, escancarada. É assim que o combate é eficaz, com a sociedade participando, o corpo de servidores colaborando, porque querem sua Casa digna e toda a imprensa ativa na informação da opinião pública.

Assim o fizemos no Ministério da Previdência. Também naquela época, em 1985, campeava o descrédito na previdência social e proclamavam a fatalidade de sua privatização, por absoluta inviabilidade operacional como instrumento do Estado democrático.

Mas a improbidade e a fraude existem nas instituições públicas ou privadas. É a impunidade, em uma e outra hipótese, que as alimenta e protege.

Insistimos, então, na crença de que o objeto da Previdência não é uma mercadoria, mas o bem-estar mínimo da pessoa humana. Insistimos em que poderíamos derrotar o déficit crônico da Previdência. Para o aperfeiçoamento dos métodos de sua ação administrativa, naquela gestão, foi realizado todo um esforço conjunto da Casa inteira, na formulação do planejamento dos objetivos estratégicos e da adoção de procedimentos renovadores e modernizadores. Tivemos imediata repercussão na receita, que cresceu muito acima da inflação, e também acima do incremento do PIB, sem nenhum aumento da alíquota da contribuição

previdenciária. E também repercussão na despesa, pela disciplina dos gastos e condenação do desperdício, apesar da expansão dos serviços.

Mas para a luta contra a fraude foi travada a batalha em campo aberto. Com um mês de ministério, abril de 1985, instituímos a Comissão de Alto Nível, ligada à sociedade civil, para combatê-la. Vinculada apenas ao ministro, a comissão dispunha de autonomia de ação, independência, e todo apoio. Dela participaram um procurador da República, que foi seu presidente, um representante do Conselho Federal da OAB, um representante dos procuradores da previdência e a colaboração direta, livre e ativa da imprensa, que lhe deu decisiva sustentação.

Foram meses de trabalho, de fé e de êxito. Centenas de inquéritos e processos instaurados e acompanhados, no âmbito da administração, da Polícia Federal e do Judiciário. Fraudadores de pagamentos de benefícios ou de faturas de clínicas e hospitais conveniados foram para a cadeia, condenados, tiveram prisão preventiva decretada e ressarcimento de dinheiro público recebido indevidamente.

E nenhum arbítrio se permitiu; nenhum ato espetacular se encenou. A todos foi assegurado o direito da mais ampla defesa, para que só realmente os culpados fossem punidos. Praticou-se o regime da seriedade democrática. Ao fim do exercício de 1985, o resultado estourou de contentamento: a Previdência zerou o déficit previsto de oito trilhões de cruzeiros! E mais, ampliou os atendimentos, buscou a humanização e universalização dos seus serviços para, afinal, iniciar o exercício do ano seguinte com expressivo saldo financeiro real e saldo de caixa de quatro trilhões de cruzeiros.

A Previdência Social é viável.